



# Anais da Assembléia

Nº 144

CURITIBA, QUINTA-FEIRA 19 DE NOVEMBRO DE 1981

ANO VII

## RESOLUÇÃO N.º 43/81

Data: 15 de outubro de 1981.

Súmula: Altera os parágrafos 5.º e 9.º, do Art. 14 do Regimento Interno. (Das licenças para tratamento de saúde dos Deputados), que passa a vigorar conforme especifica.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - O parágrafo 5.º, do artigo 14 do Regimento Interno, passa a vigorar com a seguinte Redação:

"Art. 14. ....

§ 5.º - A Mesa convocará suplente da Legenda que tiver sido eleito o Deputado, quando este for licenciado por 120 (cento e vinte) ou mais dias, e deverá fazê-lo no dia da concessão. A licença não poderá ser renunciada pelo Deputado que a estiver fruindo antes do decurso de 2/3 (dois terços) do prazo pelo qual tiver sido concedida."

Art. 2.º O parágrafo 9.º - do artigo 14 do Regimento Interno, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 9.º Ao Deputado licenciado para tratamento de saúde serão pagas as partes fixas e variável do subsídio, vedando-se qualquer outro recebimento sob qualquer título".

Art. 3.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 15/10/81.

JOÃO MANSUR - Presidente

## RESOLUÇÃO N.º 42/81

Data: 15 de outubro de 1981.

Súmula: Dá nova redação ao Artigo 39 e seu inciso VIII e ao Artigo 52 do Regimento Interno.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - O artigo 39 do Regimento Interno, alterado pela Resolução n.º 49/76, passa a vigorar, em seu inciso VIII, com a seguinte redação:

"Art. 39. ....

I - ....

II - ....

VIII - Educação;"

Art. 2.º - O artigo 52 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 52 - A Comissão de Educação compete opinar sobre todos os assuntos concernentes à educação e à instrução, pública e particular".

Art. 3.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 15/10/81.

JOÃO MANSUR - Presidente.

## JUSTIFICATIVA:

Objetiva este projeto a adaptação, que não sendo imperativa é útil e oportuna, de um órgão técnico desta Casa aos característicos que a reforma administrativo impôs à estrutura funcional do Executivo.

Assim, damos à Comissão especializada a denominação que mais lhe é adequada e melhor a define, além de explicitar, mais claramente, suas atribuições.

## RESOLUÇÃO N.º 44/81

Data: 15 de outubro de 1981.

Súmula: Autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, pertencente aos Municípios de Santo Antônio do Sudoeste e Pérola D'Oeste, a fim de consultar a população visando a criação do Município de Pranchita.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, pertencente aos Municípios de Santo Antônio do Sudoeste e Pérola D'Oeste, a fim de consultar a população sobre a criação do Município de Pranchita.

— “Tomando como ponto de partida o Extremo Oeste, linha seca do quilômetro 24, a antiga divisa da Fazenda Giongo Canzi, onde a mesma parte da margem direita do Rio Santo Antônio; e deste ponto, segue-se no extremo Este, pela mencionada linha seca, que numa altura tem uma deflexão para a direita e segue até a cabeceira do Arroio Mico em confrontação com os proprietários rurais: Vitório Roveda, Germano Giongo, Loreno Fassini, Etvino Riser, Adelino Rama, herdeiros de Leonardo Giongo, Irineu Sandri, João Rides, Atílio Nodari, Valeriano Magnani, Quintilio Giongo, Olívio Milani, Arlindo Vilani, Otassir Pezzini, Danilo Giongo, Zenir Giongo, Irineu Valdecir Petri Machado, Jornado Forma, Daniel Sagrilo, Marco Deponeto, Anildo Bonet, Luizinho Magioni, Elvo Bonet e herdeiros de José Canzi, e desta cabeceira do Arroio Mico, seguindo-se o mesmo abaixo, até sua foz no Rio Capanema, em confrontação com o Município de Pérola D'Oeste; e desta Barra, seguindo-se o Rio Capanema acima em confrontação com o Município de Ampére, até a embocadura do Rio Val-domeira, e este seguindo-se acima até suas cabeceiras e destas seguindo-se por linha seca no Extremo Sul, confrontando com os proprietários rurais: Alcides Geraldi e Pedro Correia; e por outra linha seca no Extremo Oeste, com Pedro Correia, Roberto Felix Frizzo, Floriano Woiczik, João Pazza, Claudino Pazza e Gertun Bier, assim chegou-se na cabeceira do Arroio Aurora, e seguindo-se pelo mesmo abaixo até sua foz no Rio Santo Antônio. Esta extensão da faz do Rio Val-domeira até a foz do Arroio Aurora, confronta com o remanescente do Município de Santo Antônio do Sudoeste; e da foz do Arroio Aurora seguindo-se o Rio Santo Antônio abaixo confrontando com a República Argentina, até o ponto de partida, na linha seca, do quilômetro 24, antiga divisa da Fazenda Giongo e Canzi, na parte que atinge dentro do Município de Pérola D'Oeste.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “XIX de Dezembro”, em 15/10/81

(a) JOÃO MANSUR

Presidente

### 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

#### ATA DA 134ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 1981

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Werner Wanderer e Antônio Cotrim.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airtom Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nadi, Gabriel Manoel, Ger-note Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quíelse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (56), achando-se em licença os Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Gabriel Sampaio (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE

#### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei nº 22/81, que cria o Distrito Administrativo de SANTA RITA D'OESTE, no Município de Terra Roxa, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1981.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. AUGUSTO MASSIGNAN, ocorrido no último dia 17 do corrente, nesta Capital.

O extinto, a longa data residia em Clevelândia, Sudoeste do Estado, constituindo-se pelo seu trabalho e dedicação às causas públicas e sociais, num dos homens mais respeitados da região.

Com seu espírito de pioneirismo, Augusto Massignan contribuiu de forma decisiva para o desenvolvimento de sua cidade, conquistando amigos que o admiravam pela sua simplicidade e capacidade criadora.

Seu passamento constitui-se numa perda irreparável para Clevelândia e região, deixando enorme consternação a seus familiares e ao incontável número de amigos.

Outrossim, requerem ainda, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1981

(aa) NILSO SGUAREZI

DENI SCHWARTZ

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado à Sra. ALTAIR SETTI ARRUDA, da cidade de Jacarezinho, neste Estado, expediente externando votos de pesar pelo falecimento do Dr. JOÃO TAVARES ARRUDA.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1981.

(a) PALÁCIOS

## JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação se prende ao fato de o Dr. João Tavares Arruda, ter sido um dos médicos pioneiros de Jacarezinho, Estado do Paraná.

Com seu falecimento, Jacarezinho perde um batalhador, homem honesto e dedicado à família, cardiologista, humanitário, daquela cidade, eminente político.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER após manifestação do Plenário, o registro nos Anais da Casa de um voto de regozijo pelo transcurso, em data de hoje, do 27º aniversário de Emancipação Política e Administrativa do Município de Santa Isabel do Ivaí.

Que, da iniciativa, se dê ciência às autoridades administrativas, legislativas, do Poder Judiciário e ao Lions Clube daquela comunidade.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1981.

(a) NILSO SGUAREZI

## JUSTIFICATIVA:

Santa Isabel do Ivaí é um entre os mais populosos municípios da micro-região noroestina do Estado.

Verdadeira ponta-de-lança no processo de desbravamento da área, já ostentou a posição de terceiro maior produtor de café no Paraná e onde atualmente se desenvolve expressiva policultura ao lado de pujante pecuária.

A população de Santa Isabel do Ivaí — mercê de seu trabalho — faz justiça ao reconhecimento deste Poder, pela sua efetiva contribuição ao desenvolvimento paranaense.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Educação, solicitando imediatas providências no sentido de ser instalado na Vila Nossa Senhora da Luz, nesta Capital, o ensino de 2º Grau.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1981.

(a) DARCY DEITOS

## JUSTIFICATIVA:

Existem na vila em referência, dois estabelecimentos de ensino ministrando aulas da primeira à oitava séries, necessitando urgentemente do prosseguimento deste programa de formação ao homem naquela localidade. Acrescente-se que só neste ano letivo, serão mais de 300 alunos que ficarão sem escola, dado a alta do custo do transporte rodoviário e dos parcos salários recebidos pelos moradores daquela localidade.

Todos sabem que a Vila Nossa Senhora da Luz é uma localidade que se compõe exclusivamente de trabalhadores de baixa renda, daí a necessidade de um melhor atendimento por parte do Poder Público, tanto municipal como estadual.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio do seguinte pedido de informações ao Sr. Secretário da Segurança Pública:

a) Quantas e quais são as sedes de comarca, cujos titulares de suas Delegacias de Polícia, não são Delegados de carreira?

b) Quais os motivos pelos quais a Secretaria de Segurança ainda não designou Delegados de Carreira para preencherem os ditos cargos, chamados de confiança?

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1981.

(a) NILSO SGUAREZI

## JUSTIFICATIVA:

O aprimoramento da execução da Justiça e do cumprimento da lei, depende notadamente da capacitação intelectual-profissional-moral dos detentores da autoridade.

É de conhecimento público que a Secretaria de Segurança abrange em seus quadros, bacharéis devidamente concursados para o cargo de Delegado de Carreira e que, no entanto, não são aproveitados para gerir delegacias — principalmente no interior do Estado — cujas chefias continuam entregues a cidadãos destituídos de formação para o cumprimento de tal mister, questão que assoma maiores contornos em se tratando de municípios que sediam comarcas judiciárias.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, após ouvido o Plenário, REQUER que esta Casa dirija solicitação ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Agricultura, ao Governador do Estado, ao Presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo SEA, bem como ao Dr. JOSÉ CLEBER LEITE DE CASTRO, Diretor de Crédito Rural do Banco Central, solicitando a liberação de recursos para financiamento da Usina Polivalente de esmagamento de oleaginosas da Cooperativa Agrícola de Cascavel — COOPAVEL.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1981.

(a) DAVID CHERIEGATE

## JUSTIFICATIVA:

Apesar de contribuir com 34,38 por cento da soja, e 55,97 por cento do trigo produzido no Estado do Paraná, a região oeste não se tem creditado, não tem sido ressarcida por todas essas riquezas geradas, a descapitalização e insegurança de nosso agricultor é evidente e se visualiza no constante fluxo migratório rumo a novas áreas produtivas, migração esta constatada por sensível redução do número de eleitores.

De outro lado, a monocultura ainda vigente, também contribuiu para tornar inviável a exploração em minifúndio, cerceando o acesso do pequeno produtor a novas opções que lhe permitam agregar receitas através da utilização plena de seu potencial de produção e mão-de-obra familiar ociosa.

Na área urbana, as dificuldades acima citadas se refletem na marginalização e subemprego de grande contingente populacional, absorvido por favelas de periferia. Além do elevado custo de manutenção exigido dos erários municipais, tal fenômeno gera clima de inconformismo e natural indisposição, de resultados políticos previsíveis embora não interessantes ao Partido Democrático Social. Começam também a se fazer sentir os prejuízos que terão de ser absorvidos pela região oeste, após a conclusão de Itaipu, tanto a nível de mercado de trabalho quanto a subtração de áreas produtivas.

Este quadro assume, em verdade, proporções alarmantes, podendo vir a por em risco a própria estabilidade social daquela região, caso não sejam implementadas providências imediatas e de grande abrangência. Conhecemos nossa preocupação, e não temos envidado esforços, no sentido de levar a informação

da comunidade regional a incessante luta e as vitórias já obtidas por Vossa Excelência neste sentido. Anima-se, entretanto, a constatação de que, a par com gestões oficiais, já pode o Oeste contar o esforço conjugado da iniciativa privada na solução deste impasse político-situacionista.

Integrados em cooperativas, estão os agricultores da região a emprestar contribuição decisiva à transformação e consolidação da economia regional. Quer através da diversificação de culturas, quer através da agro-industrialização de sua produção.

Neste sentido, encontramos na COOPAVEL um exemplo digno de destaque. Através de quatro unidades industriais (Frigorífico COOPAVEL — FRIGOVEL, Laticínios, Fábrica de Rações e Indústria de Beneficiamento de milho), está aquela cooperativa oferecendo segurança e melhor remuneração à pecuária leiteira, suinocultura e aos produtores de milho.

Além de amplo programa em desenvolvimento, no sentido de fomentar a implantação gradativa de novas culturas, de modo a dividir os riscos e maximizar a renda nas propriedades, o que se traduz em fixação do homem no campo.

Em complemento a este Programa de Diversificação de Culturas, a COOPAVEL agora se propõe à implantação de uma indústria de esmagamento de oleaginosas. Uma unidade polivalente que oferecerá o necessário suporte de mercado e preços a definitiva consolidação dessas lavouras (mamona, girassol, amendoim, milho e outras). Além, é claro, de contribuir para o fortalecimento da economia agrícola e regional, por abrir novos mercados à mão-de-obra local e ativar todos os segmentos econômicos.

Ante o contexto regional e a extrema importância de tal empreendimento também a nível político-partidário, cumpre-nos enfatizar a Vossa Excelência o apoio e interesse de toda a comunidade na sua implantação imediata, ampliando a segurança e receita no campo estará, aquela Cooperativa, contribuindo para reduzir o êxodo rumo a outros Estados e mesmo aos centros urbanos, fortalecendo a economia regional e ampliando o mercado de trabalho.

São resultados do mais importante significado político, a justificar plenamente o investimento, não considerássemos também a sua perfeita viabilidade técnico-econômica.

Essas razões nos levam, face aos interesses e ideais comuns, a encarecer vosso maior empenho em favor daquela cooperativa.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Presidente da SUREHMA, solicitando imediatas providências no sentido de sanar a poluição no Conjunto Habitacional Milton Luiz Pereira, em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1981.

(a) DARCY DEITOS

#### JUSTIFICATIVA:

Ao lado do Conjunto Milton Luiz Pereira, instalou-se o Laticínio Campo Mourão, o qual, apesar dos benefícios trazidos àquela comunidade, como oferta de empregos e outros, trouxe problemas de poluição, talvez pela má orientação através dos órgãos competentes, daí a nossa solicitação para a SUREHMA tomar as providências cabíveis.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado pedido de informações ao Coronel OSWALDO CRUZ, Diretor Geral do DETRAN/Paraná, com respeito ao desapareci-

mento de 6.981 Carteiras de Habilitação.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1981.

(a) MÁRIO CELSO

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando que nenhuma notificação foi feita à Delegacia de Crimes Contra a Administração (Fazenda)...

Considerando que no dia 22 de abril de 1981 foi expedido Ofício 303/81 do Gabinete do Diretor do DETRAN, solicitando providências do Chefe de Divisão de Habilitação, no sentido de esclarecer o desaparecimento de 6.981 CNHs (ofício, cópia em anexo)...

Considerando que nenhuma comunicação oficial foi feita ao CONTRAN (Ministério da Justiça) com respeito ao assunto....

Considerando que ultimamente a Delegacia de Crimes contra a Fazenda vem realizando prisões de pessoas que estavam portando CNHs em branco...

Considerando que estamos em época política-eleitorária...

Considerando que a venda de cada CNH (vício de origem) poderá render (segundo total desaparecido), mais de 70 milhões de cruzeiros, criando muitos assassinos do volante...

#### PERGUNTO:

01. O DETRAN confirma o desaparecimento de 6.981 CNHs?

02. Em caso positivo, quais as providências que estão sendo tomadas?

03. Em caso negativo, qual o motivo que gerou o Ofício 303/81, expedido em 22 de abril de 1981, revelando o desaparecimento?

04. Por que o fato não foi levado ao conhecimento das autoridades competentes (CONTRAN e Delegacia de Crimes Contra a Fazenda)?

05. Qual o nome (ou os nomes) da pessoa responsável pelo erro? (ou falha) que motivou o desaparecimento das CNHs?

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, inscrito.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A não sintonia deste Governo se reflete de cima a baixo, da Presidência da República às prefeituras municipais.

Uma demonstração disto foi a declaração do Presidente Figueiredo, ao retomar da licença: não há dinheiro para praticar o programa de abertura de frentes de trabalho, anunciado poucos dias antes pelo Ministro do Trabalho e por Delfin Neto, do Planejamento.

Quando do anúncio, a Nação pode presenciar a discussão entre os Ministros que divergiam em grau e número. Um dissabor vem marcando estas relações, pois à medida que Murilo Macedo, através de medidas paliativas, tenta estancar a tensão social, Delfim Neto insiste em medidas econômicas de caráter monetarista, onde a criação de empregos não entra em pauta.

A criação de 80 mil vagas nas frentes de trabalho, número que depois se estendeu para 150 mil, sofreu duras críticas dos sindicatos, trabalhadores, desempregados e de todos os setores organizados da Nação. Num País de 13 milhões de marginalizados da produção, de 40 milhões de miseráveis absolutos, falar em 150 mil empregos soou como piada de mau gosto.

Mesmo porque, esta iniciativa governamental não se inseriu em nenhum momento, num projeto que se constituísse no início de uma política de pleno emprego. Não funcionou sequer como válvula de escape das tensões sociais. Sabemos que a nível regional, trabalhadores desenvolvem, em diversos pontos

do País, campanhas contra o desemprego e a carestia. E aqui no Paraná, já atinge dezenas de entidades, que estão levando as discussões e debatendo a questão em torno de dados concretos. Isto vem organizando os trabalhadores.

Embora, entretanto, o caráter das frentes fosse combatido, por sabermos todos os resultados deste tipo de política no Nordeste do Brasil; era ainda uma perspectiva.

Vem o Presidente da República, e anuncia: não há dinheiro. E Murilo Macedo, cuja imagem tentam transformar na vítima, declara: o projeto vai para a geladeira.

Esta situação que revela existir um fosso imenso entre os poderes constituídos neste País, onde cada setor defende seu grupo, seus apadrinhados e suas idéias pessoais, nos traz, de novo, a confirmação de que, durante a licença de Figueiredo, Aureliano Chaves não funcionou; que mais uma vez, se viveu uma farsa neste Brasil; que os chamados governos paralelos jamais foram resultado de imaginação criadora.

Eis aí as confirmações. A crise econômica e social do País se aprofunda. Atinge à maioria esmagadora dos brasileiros. A classe média assiste à perda de seu poder de compra, acossada pelos aumentos constantes dos preços de todos os produtos antes consumidos. A casa própria também virou pesadelo; antes era o sonho.

A classe operária se vê esmagada pelo desemprego em massa, pela carestia da vida que avança muito acima de seus ganhos conquistados, muitas vezes, com greves e outras manifestações.

A grande maioria considera estas questões de suas vidas como importantes e fundamentais. É a sobrevivência, muitas vezes, em jogo. É a tensão familiar que se aprofunda e se avoluma. E, reunida, tem encontrado saída que não acham respaldo jurídico, como a ocupação de terras, como a posse no campo, o favelamento na cidade.

Para o Governo, entretanto, a questão não é colocada como fundamental. Mais importante é a aplicação de milhões de dólares na construção do projeto nuclear brasileiro. Mais importante é construir usinas hidrelétricas de porte desnecessário. Mais importante é sustentar o espírito eleitoreiro das administrações em todos os níveis.

O povo brasileiro de seu lado, não cruza os braços. Constrói sua organização, que nada tem de formal, mas de garra, vontade e munido de direitos. Sabe que não pode ser objeto de brincadeiras. Que seus problemas não são produzidos por sua ação. Mas, aqueles que tomaram a frente deste País, impuseram condições desumanas de vida ao povo, e que estes terão que encontrar, nem que seja espremidos na parede, uma saída para a situação atual.

Enquanto isto, o Governo se autodestrói, derrete como um sorvete, pois suas contradições já são tão profundas que sequer se consegue a unidade no partido que todos estes anos o sustentou.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado José Domingos Scarpellini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na nossa ausência na tarde de ontem, no Pequeno Expediente desta Casa, o Deputado representante da região de Guarapuava, Leônidas Chaves, teceu comentários a respeito de um episódio que está causando tensão na cidade de Inácio Martins.

Gostaria de, nesta oportunidade, relatar alguma das partes deste episódio.

No dia 30 de setembro, a Diretora do Ginásio Estadual Parigot de Souza, por deliberação do corpo docente daquele estabelecimento de ensino, comunica ao pai de João Marques

Arthur da Silva Rebelo, a expulsão do menor e o cancelamento de sua matrícula naquele estabelecimento de ensino.

O Sr. Albino da Silva Rebelo, inimigo político do atual Prefeito e Presidente do PMDB daquela localidade, já teve no ano passado um outro filho perseguido pela mesma diretora. Foi suspenso, ameaçado de expulsão, o pai recorreu da decisão da diretora, e ela informa ao Inspetor de Guarapuava que o Sr. Albino tem dois filhos no estabelecimento de ensino, um de nome José e o outro de nome João Marques Artur da Silva Rebelo, que ela, na informação, diz ser um aluno exemplar, comportado, cumpridor de suas obrigações.

Este que era comportado, exemplar, no ano passado, este ano, pelas informações que o próprio inquérito administrativo aberto prova, já não prestava no ano passado para o corpo docente daquele referido estabelecimento de ensino.

Nós, ao tomarmos conhecimento da expulsão, através da mãe do menor, de que a expulsão haveria se dado através de que o menor teria brigado dentro do estabelecimento de ensino com um policial que também é aluno, chamado Vergílio, foi expulso apenas um. O Vergílio que é aluno e policial, e maior de idade, portanto, praticando crime, batendo em menor, não foi expulso do estabelecimento de ensino.

Tentamos junto à Secretaria da Educação, as mais variadas gestões, no sentido de por fim àqueles abusos cometidos pela diretora, mas, o nosso intento, foi brechado por interesses até agora desconhecidos.

Procuramos, através da Justiça, a impetração de um Mandado de Segurança. E o Juiz competente da Comarca de Irati, concedeu a liminar mandando reintegrar o aluno.

Mas, o empenho de tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que no cumprimento da decisão do Juiz de Irati, houve uma certa euforia por parte da família do Sr. Albino, que aguardaram em frente da sua residência, e o PM Vergílio, não satisfeito com a decisão, saiu da sua casa e foi desfechar tiros na casa de Albino, naquela localidade.

Mas, como o interesse é salvaguardar a matrícula do aluno e o de evitar confronto conforme é o interesse do nobre Deputado Leônidas Chaves.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Solicito a atenção de todos, porque mais uma vez, infelizmente, há um envolvimento do nosso DETRAN do Paraná. E estou solicitando uma nova ação, através de um pedido de informações.

Por isto, solicito aos demais Companheiros, o apoio a este pedido de informações ao Coronel Oswaldo Cruz, Diretor do DETRAN, com respeito ao desaparecimento de 6.981 Carteiras de Habilitação.

Estou me baseando num ofício interno do DETRAN, número 303/81, expedido pelo Gabinete do Coronel Oswaldo. Este Ofício me foi fornecido por um funcionário do DETRAN.

Diz o seguinte: (lê)

OFÍCIO 303/81-GAB.

Curitiba, 22 de abril de 1981.

Senhor Chefe:

Pelo presente, levo ao conhecimento de Vossa Senhoria, que foi efetuado um balanço de Utilização e Inutilização de CNHs, nos meses de Janeiro, Fevereiro, Março e, até 15 de abril, tomando-se por base os fornecimentos efetuados pelo Setor de Material através das "Guias de Remessa", e dados fornecidos pela própria Divisão de Habilitação, em seus relatórios diários, do que obteve-se como resultado final em estoque de 8 972 CNHs.

Entretanto, um balanço físico realizado em 15 de abril na presença do Sr. Diretor, constatou-se no cofre da Chefia desta

Divisão, a existência de 1.991 CNHs.

Em consequência, encontram-se faltando 6.981 CNHs, muito embora essa quantidade possa vir a ser deduzida das:

- CNHs emitidas nesta data (22 de abril);
- CNHs disponíveis e com os datilógrafos;
- CNHs inutilizadas de 1.º de abril até esta data (22).

Isto posto, após as deduções acima permitidas, essa Chefia deverá, com a brevidade possível esclarecer quanto à diferença de CNHs, confiadas nos seus cuidados e controles.

Atenciosamente

OSWALDO ALVES CRUZ

Diretor"

Então, esse Ofício foi datado de 22 de abril de 1981. Até esta data o CONTRAN não teve conhecimento algum desse desaparecimento de carteiras. Até esta data, a Delegacia de Crimes Contra a Fazenda não recebeu comunicação alguma oficial do DETRAN referente ao desaparecimento dessas carteiras, nenhum inquérito foi aberto, nenhuma investigação mais séria foi realizada.

Ficamos realmente pasmados em observar que mais de seis mil carteiras estão soltas. Muitas delas desaparecidas, nas mãos até de marginais, de criminosos que vendem Carteiras de Habilitação.

Vejam os Senhores, se cada carteira for vendida ao preço de Cr\$ 10.000,00, teremos uma soma de mais de sessenta milhões de cruzeiros no bolso de quem? Fica a pergunta.

Hoje, inclusive, está em Curitiba, o pessoal do CONTRAN, elementos ligados ao Ministério da Justiça e que devem ficar sabendo desta barbaridade que está acontecendo no Estado do Paraná. Mais de seis mil carteiras estão desaparecidas desde abril e, até agora, nenhuma providência oficial foi tomada.

Ontem, tivemos a prisão, através da Delegacia de Crimes Contra a Fazenda, de elementos que estavam com quatro carteiras em branco. Há um mês atrás, também foram presos elementos com duas carteiras em branco. Elas começam a aparecer no pingadinho.

Então, há necessidade de se tomar uma providência, mesmo porque estamos vivendo às vésperas de ano eleitoral. E o ano eleitoral de política e politicagem, política de toda a sorte, de toda a ordem.

Infelizmente, muitos vão brincar com a segurança do povo porque, cada carteira dessas nas mãos de alguém que não tem condições de dirigir um automóvel, ele naturalmente estará se tornando um criminoso do volante. Mais criminoso ainda é aquele que libera a carteira para esse tipo de gente inabilitada, mais criminoso ainda é quem não alerta a população para o fato, quem não comunica a autoridade competente. Até agora, o CONTRAN, repito, e Delegacia de Crime Contra a Fazenda que é crime contra a administração pública, nenhum desses órgãos tomou qualquer conhecimento. Soubemos também que em Dracena, São Paulo, agora, recentemente, foram presos elementos, com carteiras de visto de origem, "carteiras frias". Por quê? Porque 82, é eleição.

É isto, então.

Peço o apoio de todos os companheiros de Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Presidência registra, com satisfação, a presença, neste plenário, do Sr. Deputado Federal Álvaro Dias, da Bancada paranaense.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de iniciar o meu pronunciamento, requeiro que, se não der tempo de concluí-lo, que Vossa Excelência o considere como lido.

"Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Este País assiste diariamente cenas dignas de ópera bufa e ontem os acontecimentos em Brasília confirmaram que os bons tempos de manifestações populares e estudantis estão de volta a povoar o dia a dia. Entretanto, as cenas brasilienses, se nos dão alento por revelar uma nova organização, nos mostram outro aspecto: estamos obrigados a assistir as contradições mais ridículas, a paradoxos que não encontram respaldo em nada.

Enquanto dezenove universidades brasileiras paralisam suas atividades, exigindo recursos, salários dignos e uma educação qualitativa, e enfrentam, em contrapartida, todas as barreiras do Governo que se nega ao diálogo, o mesmo Governo traz, ao preço de quase Cr\$ 2.000.000,00, uma das figuras mais odiadas nos países vitimados pelo imperialismo: Henry Kissinger, ex-Secretário do também abominável Richard Nixon.

Ele veio para falar aos brasileiros. Aliás, este País, em todos os anos de obscurantismo, se aperfeiçoou em trazer para ouvida analistas internacionais para falarem sobre as questões brasileiras, enquanto suas inteligências ou mofavam nos porões ou amargavam no exílio.

Mas, como nos bons tempos do passado recente, quando a intelectualidade, estudantes e trabalhadores deste País voltavam sua ira contra o imperialismo, e reagiam a estas intenções como do Acordo MEC-USAID, este senhor norte-americano, porta-voz dos interesses norte-americanos, não teve boa recepção. Ainda bem.

Este homem, que ao afirmar e reafirmar o Brasil como locomotiva da América do Sul, ao tentar provar que tudo temos para influenciar as outras nações, joga com as cartas de quem esconde intenções aos ingênuos, mas não engana a todos os brasileiros.

Sabemos, muito bem, que embora o País, através da própria grande imprensa, tente demonstrar uma política externa independente — e isto temos visto recentemente, através de declarações em Cancun ou de chanceleres na ONU — que não somos, nada mais, nada menos do que porta-vozes do bloco ocidental. E, nos utilizando como massa de manobra, em troca de acordos que a própria Nação desconhece, de privilégios de ordem pessoal, de apoio à nossa indústria de armamentos que já é a sexta do mundo e a maior do terceiro mundo, nos colocam como porta-vozes de um dos blocos imperialistas.

Como Nação, como povo que quer sua autonomia, sua independência, sua soberania, os brasileiros não se enganam mais com este tipo de manobra. Querem é nos colocar como ponta de lança, para, traiçoeiramente, adentrarmos em áreas delicadas como a África, por exemplo. Isto através das suas multinacionais, que usam e abusam de nomenclatura brasileira. E de imperialismo, seja de que lado for, o povo brasileiro, e todos os povos explorados e opimidos do mundo, estão cheios! Não suportam mais ver a rapina de suas riquezas, e não seremos nós a nos transformar em gaviões, a serviço do imperialismo.

Esta questão, Senhores, está no cerne das manifestações realizadas ontem na Universidade Nacional de Brasília. Os estudantes não aceitaram a presença daquele cidadão indesejável e porta-voz dos interesses norte-americanos. E repetem, pela primeira vez nos últimos anos, cenas inesquecíveis e grandiosas em termos de manifestação de brasilidade. Não é só a figura de Kissinger. Mas o que ela representa. E por isto a bandeira americana também foi queimada.

Neste momento em que as universidades brasileiras estão paradas, quando tudo leva a crer que se estabelecerá o impasse dada a intenção do Governo em não negociar, são homens de confiança do Presidente da República que escoltam Henry Kissinger. É paradoxal, Senhores! O próprio Ministro Leitão de Abreu a servir de guarda-costas. O próprio reitor da UNB transformado em chefe de segurança, a chamar a polícia.

Nada disto, entretanto, apaga a tônica principal da manifestação. Voaram ovos, tomates podres e areia. E Henry Kissin-



ger, para sair na Universidade de Brasília, teve, mesmo sob protestos, que adentrar num camburão. Os estudantes, por sua vez, repetiam, em coro, o que os inspirava no momento: "Ladrão, ladrão, saiu de camburão".

São estas cenas, o contraponto, que passam a povoar, de novo, nossa terra. Uma prova de que para sermos usados como ponta de lança para interesses imperialistas, ou bucha de canhão, terá de ser enfrentada a força do povo que não aceitará este papel."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Senhor Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem quando nós encaminhávamos a votação da denúncia que fizemos contra o Senhor Governador do Estado e contra o Senhor Secretário, simplesmente porque usamos de um linguajar forense, tratamos os denunciados de réu, como se trata o réu e o autor numa ação cível. Não é um tratamento desrespeitoso. Já diziam os romanos: "reus sacra est". O réu é sagrado. Não ofendemos ou atingimos a dignidade dos denunciados. Entretanto, só porque usamos desse linguajar de uso milenar fomos imediatamente agredidos verbalmente pelo Deputado Erondy Silvério e também pelo Deputado Aírton Cordeiro, tratando a nossa matéria de matéria sem valor algum e até comparando com "titica de galinha" coisa que naturalmente ele estaria se apoiando, segundo o Deputado Erondy Silvério num editorial do jornal "O Diário do Paraná". Entretanto acredito que o Deputado Erondy Silvério ou não sabe ler ou usou de má-fé quando assim se pronunciou porque nós temos aqui o editorial e ele não se refere a nossa missiva nestes termos, ele apenas desconhecendo a lei que trata da matéria, que é uma lei de caráter popular, uma lei democrática que inclusive está na Constituição o direito subjetivo que qualquer cidadão tem de denunciar a autoridade que se desvia no desempenho da sua função, dizendo que o PMDB estava na fúria de cassar, com propósitos eleitorais. Repito porque não traduz a verdade essa afirmação.

Ao final, arremata dizendo que haveria uma confusão de "ética" com "titica" e "etética", quer dizer, apenas um problema de pronúncia. Sequer existe "titica" no dicionário. É a maneira errada de se pronunciar. Talvez a palavra ética se pronunciando como eteteca, e talvez o Deputado Erondy Silvério desconheça até o que seja ética ou "titica".

Acredito que tenha havido a intenção dolosa de ofender e se for para ofender desta forma nesta Casa, também sei ofender porque oportunamente quando for usado o mesmo tratamento aqui, como inclusive o do Deputado Aírton Cordeiro, que nos tratou de mentirosos, repilo essas afirmações, porque os fatos que retratei na denúncia estão provados e comprovados no processo através dos laudos de exames de lesões corporais que juntei. Denúncias feitas através dos jornais e testemunhas que foram arroladas que iriam comprovar a ação criminosa das autoridades deste Estado.

Era o registro que eu queria fazer, Sr. Presidente, e deixar o meu protesto contra um tratamento desrespeitoso que se vem dando nesta Casa através inclusive do Líder do PDS. Jamais usei tratamento desprimoroso com a sua pessoa ou com qualquer Deputado, aqui nesta Casa. Quando trato da defesa das minhas matérias, daquilo que preciso dizer neste Plenário, jamais ofendi a dignidade de qualquer colega desta Casa e jamais farei, mas estou em condições de responder a qualquer altura as ofensas que forem a mim arrojadas.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Senhor Deputado Gabriel Manoel. — (Declina).

Encerrado o Pequeno Expediente, para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilton Friedrich.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Voltamos a esta tribuna para darmos continuidade à narrativa dos fatos que envolvem o Presidente do PMDB e autoridades constituídas daquele município, como nós havíamos dito no Pequeno Expediente, não existe interesse deste Deputado, como também não existe interesse comum, palavras ditas ontem nesta Assembléia pelo Deputado Leônidas Chaves em acirrar os ânimos das partes contendidas de Inácio Martins. Mas no entanto, Sr. Presidente, nobres Senhores Deputados, quando vimos que as medidas administrativas que foram desencadeadas por nossa pessoa junto ao organismo de educação estadual e mais propriamente pela Secretaria de Educação deste Estado, não estavam diminuindo a contenda, procuramos o pai do aluno expulso daquele estabelecimento de ensino, Sr. Albino Rebello, indicamos a ele que o caminho seria a Justiça e que na Justiça o caminho era o Mandado de Segurança, não a ação daquele estabelecimento de ensino.

No dia 11 de novembro, próximo passado, recebemos uma procuração do Sr. Albino e um advogado desta Capital no dia 12, ingressou com Mandado de Segurança contra a decisão da Diretoria, mas o que nos leva a estranhar determinada atitude da Inspeção Regional do ensino de Guarapuava, é que nós havíamos anunciado que iríamos entrar com Mandado de Segurança e a Inspeção de Ensino de Guarapuava no mesmo dia do anúncio do Mandado de Segurança, através de um ato do inspetor de ensino de Guarapuava, resolve, através do Ato 1/81, constituir uma comissão processante para se dirigir a Inácio Martins e abrir um inquérito administrativo para apurar não a responsabilidade da professora que "expulsou" indevidamente o aluno, mas sim para abrir um inquérito administrativo contra o aluno expulso indevidamente do Colégio Parigot de Souza.

E aí a Comissão vai a Inácio Martins e se instala e começa a ouvir as partes litigiosas. Oficia-se ao pai do aluno e ao aluno para depor. Eles compareceram e prestaram o seu depoimento. Comunicou-se a Diretoria do estabelecimento para arrolar as testemunhas que ela entender necessárias e ele é ouvido e são ouvidas as testemunhas arroladas por ele no inquérito administrativo, mas que não tem as formalidades de um inquérito administrativo e eu vou provar mais adiante porque deixa de ser um inquérito administrativo. São ouvidos dezesseis professoras e mais a diretora do grupo, é ouvido o pai do aluno e o aluno e apenas com esses depoimentos a atual Comissão de Inquérito conclui ao final, quando já tem conhecimento do Mandado de Segurança. Mesmo sem ouvir as testemunhas da parte mais atingida, que é a parte que perdeu a sua matrícula no Colégio Parigot de Souza, no caso o aluno João MacArthur da Silva Rebello.

Termina a Comissão de Inquérito dando dez dias de prazo para que o pai do aluno apresente suas provas e as suas testemunhas. Mas, antes de ouvir as provas, antes de ouvir as testemunhas, a dita comissão processante, termina concluindo que o pai do aluno tem dez dias para apresentar as provas, mas, o aluno deve ficar suspenso por trinta dias e cassam dentro da Comissão processante o ato administrativo da diretora do Grupo Escolar que anteriormente havia expulso o aluno do colégio. Então, os Srs. vejam o absurdo da dita Comissão processante. Antes de ouvir as testemunhas, antes de receber as provas dentro do inquérito administrativo, já aplica a pena de suspensão ao aluno.

É bem verdade que eles dizem que a pena é cautelar. Ora, mas, a pena de trinta dias há partir de ontem, vai além do prazo que se extingue o ano letivo de 1981. Suponhamos que amanhã

este aluno seja absolvido pela própria Comissão processante, ele já perdeu o ano escolar ou, será que o Colégio de Inácio Martins, terá que ficar funcionando três meses para dar aula apenas a um aluno? E a decisão do Juiz de Direito de Irati que não está sendo cumprida? Por que a comissão processante ao saber da decisão do juiz de conceder a liminar num Mandado de Segurança, ela cassa a pena anterior da Diretora, para que o Mandado de Segurança fique sem objeto e aplica uma pena acessória tida como cautelar?

Sr. Presidente e Srs. Deputados, realmente, quem olhar o depoimento das professoras verá que no depoimento delas, o aluno João MacArthur da Silva Rebello me parece ser um aluno um tanto indisciplinado. Mas, gostaria de fazer uma colocação, existem palavras nos depoimentos que não me permite levar a conhecimento desta Casa. Se esse aluno em 1980, conforme alegação da própria Diretora era um aluno exemplar e o seu irmão não prestava. Em 1981, inverteram-se os papéis — o irmão presta e ele não presta mais. Se esse aluno realmente cometeu e vem cometendo aquilo que está no depoimento das professoras, nessas informações que chamam de inquérito administrativo, porque a direção do estabelecimento não tomou providências enérgicas e legais contra o aluno?

Por que a direção do estabelecimento apenas puniu o aluno que apanhou de um policial militar que também é aluno do estabelecimento e não puniu o policial militar?

Por que não existir a equidade dentro do pensamento da direção daquele estabelecimento de ensino e porque agora, quando se ameaça restabelecer um direito através de um Mandado de Segurança, cria-se uma peça que chamam de inquérito administrativo, mas que não passa de um montão de papéis porque não preenche formalidade alguma de inquérito administrativo? Justamente para torpedear e tomar sem objeto o Mandado de Segurança impetrado na cidade de Irati.

Mas nós vamos impetrar um novo Mandado de Segurança, desta vez contra o ato da comissão processante, comissão entre aspas, comissão processante que suspende o aluno por trinta dias.

Gostaria de fazer uma pergunta a esta Casa e ao Sr. Secretário de Educação, se a comissão processante cassou aquele ofício de expulsão do aluno de 30 de setembro, por entender que ele era ilegal! Então o aluno tem direito as frequências e a fazer as provas de 30 de setembro até a data de ontem, porque o ato da diretora é ilegal. Sendo ilegal não gera efeito algum.

Então, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é com este objetivo que tenho procurado manter contato permanente com Inácio Martins, tentando da melhor maneira possível acalmar os ânimos para evitar que realmente aumente a tensão naquele município.

Espero que uma solução que seja uma solução para ambas as partes possa vir o mais rápido possível, com o objetivo de pacificar esta situação porque passa uma grande parte do povo de Inácio Martins.

Lamento profundamente, mas devo solicitar ao Sr. Secretário de Segurança Pública que afaste o policial Virgílio que tem feito alguns tumultos no que diz respeito a este caso, que tem procurado confronto, que tem procurado estimular os ânimos para que não se chegue a uma solução pacífica, e com isto poderá haver desdobramentos que não interessam nem a este Deputado e nem ao Deputado Leônidas Chaves, conforme suas palavras em seu pronunciamento de ontem.

É evidente que lutaremos pelo direito. Se o aluno deve ser expulso, o procedimento deve ser legal. O procedimento administrativo tem que obedecer às normas pertinentes ao caso. Portanto, não abriremos mão deste direito e deste desejo de fazer com que as coisas sejam feitas dentro do teto, da justiça e da equidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nosso agradecimento pela atenção. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Encerrada a Hora do Expediente.

No horário reservado às Lideranças, consulto à Liderança do PMDB se deseja fazer uso de seu horário. — (Declina).

Tendo declinado, consulto à Liderança do PP. — (Declina). Tendo declinado, consulto à Liderança do PTB. — (Declina).

Tendo declinado, consulto à Liderança do PDS. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 56 Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada nominal 38 Srs. Deputados.

Há "quorum" para prosseguimento da sessão e consequente deliberação.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 129/79, de autoria do Deputado LINEU MANSANI TURRA, que autoriza o Poder Executivo instituir a Fundação Educacional de Laranjeiras do Sul, com sede e foro na referida cidade e que se regerá por Estatuto aprovado por Decreto Governamental. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e C.F., por maioria. — Rejeitado.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

(É procedida a verificação de votação)

Onze Srs. Deputados aprovam; 25 Srs. Deputados rejeitam. — Rejeitado.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a Vossa Excelência que determine o registro em Ata que a Bancada do PMDB votou favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE — Deferido.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 128/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 108/81), que objetiva majorar, a partir de 1.º de janeiro de 1982, os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Serviço Público Civil do Estado e dos integrantes da Polícia Militar. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 76/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 51/81, (Mens. Govern. n.º 57/81), que aprova os convênios celebrados em 10/07/81 pelo Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, com os municípios de Janiópolis e Rolândia, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana nos referidos municípios. — Aprovado.



3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 77/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 54/81, (Mens. Govern. n.º 60/81), que aprova o Convênio celebrado em 1.º/07/81, pelo Governo do Estado, através do Departamento de Estradas de Rodagem e a Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRÁS, objetivando o fornecimento de materiais betuminosos, para aplicação em obras de pavimentação, no Sistema Viário do Estado do Paraná. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 78/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 64/81, (Mens. Govern. n.º 56/81), que aprova os Convênios celebrados pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com os Municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana nos municípios citados. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 79/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 80/81, (Mens. Govern. n.º 86/81), que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 20/07/81, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de São João do Triunfo, objetivando a execução de obras no Terminal Rodoviário daquele município. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 89/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita do Município de Palmital, a fim de que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Altamira. — **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 12/81, de autoria do Deputado EDILSON ALENCAR E OUTROS, que declara de utilidade pública a "Liga Regional de Futebol de Cascavel", com sede na respectiva cidade. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 17/81, de autoria do Deputado DEL CIEL, que revoga o art. 2.º, da Lei n.º 6697, de 23 de julho de 1975 (Norma impondo as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, na doação de um terreno ao Município de Telêmaco Borba). Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 110/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 95/81), Proposta de Orçamento Anual para o exercício financeiro de 1982. Parecer FAVORÁVEL da C.O., por maioria. (Emendas publicadas em avulso no Diário da Assembléia de 26/10/81, distribuído aos Excelentíssimos Senhores Deputados). — Em discussão.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesta oportunidade em que se discute o projeto de lei orçamentário, para o ano que vem, um aspecto chamou a atenção, principalmente este aspecto, chamou a atenção, da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, é no que diz respeito a dotação destinada à comunicação social. E diante desta preocupação, a Bancada do PMDB, desta Casa, houve por bem apresentar uma emenda a de número 27, para adotar ao fundo de desapropriação e colonização, a importância de trezentos e trinta milhões de cruzeiros e conseqüentemente, reduzir da do-

tação, comunicação social, o mesmo valor.

E como justificativa, Sr. Presidente, peço vênica, para ler neste plenário o teor da justificativa apresentada na Emenda de n.º 27. (Lê)

"Todos têm sentido o esvaziamento do Estado do Paraná, seja pela falta de industrialização ou seja principalmente pela construção de inúmeras hidrelétricas entre as quais ITAIPU, as quais tem diminuído consideravelmente nossa área territorial de terras agricultáveis e tem levado centenas de milhares de irmãos nossos, paranaenses, migrarem para outros Estados em busca do seu eldorado. Homens que possuíam o seu pequeno pedaço de terra, viram ou verão a serem cobertas pelas águas e que não tiveram a devida atenção do Governo Estadual para resolver o seu problema de reassentamento no Paraná. Com a redução da dotação orçamentária de Comunicação Social, que nosso entendimento sofreu um acréscimo brutal de 1981 para 1982 muito além dos índices inflacionários, viria dar condições para a solução de tão grave problema dos remanescentes desapropriados de Itaipu e dos futuros de Ilha Grande."

O ex-Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em 1964, em Mensagem que enviava ao Congresso Nacional dizia: "A necessidade de se dar à terra uma nova regulamentação, modificando-se a estrutura agrária do País, é de si mesma evidente, ante os anseios de reforma e justiça social de legiões de assalariados, parceiros, arrendatários, ocupantes e posseiros que não vislumbram, nas condições atualmente vigentes no meio rural, qualquer perspectiva de se tomarem proprietários da terra que cultivam". A mensagem a que nos referimos, veio como inicial do então Projeto de Lei n.º 4504, de 30 de novembro do mesmo ano, hoje Estatuto da Terra. Pois bem, Sr. Presidente, mercê disso, mercê da promulgação e da vigência daquela Lei, nos dias em que vivemos e portanto 16 anos depois, e como já dissemos não é admissível que Governo e latifundiários não saibam disso, neste País de quatro milhões de propriedades agrícolas, que somam uma área de 490 milhões de hectares, 255 milhões de hectares pertencem a tão somente 1,7 por cento dos proprietários, o que significa dizer, em outras palavras, que 52% do total de imóveis rurais, em termos de superfície física, constituem monopólio de menos de 2% de todos os proprietários, ou seja, aproximadamente 40 mil pessoas.

E agora passem, Senhores. E passem sobretudo diante do absurdo não apenas do contraste, da exploração dos capitalistas da terra, ante a contrapartida da verdadeira força de trabalho dos explorados e dos milhares de trabalhadores rurais e pequenos proprietários de terra deste País. Porque enquanto os latifundiários e privilegiados deitam e rolam sobre a injustiça social, ostentando num somatório com grupos multinacionais mais de 90% da posse das terras aproveitáveis deste País, em termos de produção, os poucos pequenos proprietários, são responsáveis por 58% do valor total da produção. Ao mesmo tempo, enquanto a pequena propriedade que detém apenas 69 milhões de hectares de terras, cultiva 21 milhões de hectares, dedica 33 milhões às pastagens e mantém 4 milhões em matas, deixando onze milhões de hectares como terras inaproveitadas; e enquanto as propriedades intermediárias de 100 a 1.000 hectares têm uma participação de 29,4% do valor da produção, cultivando cerca de 10% de sua área, os grandes proprietários, os privilegiados, participam com apenas 12% do valor da produção, cultivando apenas 2,9% da área de que dispõem e mantêm, num gesto de deboche e de pouco caso, diante da fome e da pobreza da Nação, incompetência e da omissão do Governo e do sistema, na medida em que também mantêm milhões e milhões de hectares inaproveitados.

E a coisa assume o nível de vergonha nacional, flagrando a corrupção, o protecionismo de grupos em detrimento da maioria e graças ao esmagamento do povo, quando se sabe, Sr. Presidente e Srs. Deputados que o latifúndio além de não produzir,

ainda não cumpre o seu dever fiscal. É ele, hoje, responsável por um débito do Imposto Territorial Rural da ordem de Cr\$ 300.000.000,00, o que significa 78% do débito total, violando com isso, impunemente o Estatuto da Terra, que prevê a penalização tributária às grandes áreas improdutivas.

E é para manter tudo isso; é em nome de tudo isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que os latifundiários pedem providências governamentais de segurança, acusando a Igreja de comunista, os religiosos de maus padres, os representantes do povo de maus políticos. E o super ministro vai ouvi-los. E o Governo da oligarquia os escuta.

No caso particular do Paraná, a força e a validade da força de trabalho e de produção do pequeno agricultor e proprietário de terra, também não é reconhecida pelo Governo. Aqui, o somatório de áreas que variam de 10 a 50 hectares, são responsáveis por 73% da produção de feijão, 47% de algodão, 57% de café, 64% de milho em grão, 56% de soja, 35% de trigo e 57% de arroz. Mesmo assim, nem mesmo por ocasião do episódio do confisco ou do imposto sobre exportações, não pôde contar o agricultor paranaense com uma palavra sequer de solidariedade de seu governador nomeado pelo sistema, que como sempre se calou e se manteve omissos, preferindo manter-se em cima do muro como sempre, a assumir uma posição de solidariedade com aqueles que representam a verdadeira força de produção do seu Estado, cuja economia, para agravar ainda mais a omissão do Governador é de características essencialmente agrícola e pecuária.

Sr. Presidente e Senhores Deputados:

Toca-me profundamente os meus sentimentos de brasileiro e de cidadão, e me surpreende que não ocorra o mesmo com os tecnocratas, políticos e outros bichos da fauna do sistema, porque os dados aqui lançados demonstram e flagram claramente que ao longo de 16 anos, nos transformaram e nos condenaram, todo um povo e toda uma Nação, à condição indigna de juntar migalhas nos festins dos poderosos.

Mas, voltemos ao centro de nossa abordagem, porque não param aqui as trágicas constatações e pretendemos continuá-las agora com um enfoque a nível de denúncia, para o qual desafio os situacionistas a me contestarem.

Em 1968, o professor Valdiki Moura, ex-diretor do IBRA e autoridade internacional em Cooperativismo e Reforma Agrária, em seu livro "Abordagem de Reforma Agrária" dizia:

"Toda a Reforma Agrária que aumenta a riqueza ou a capacidade econômica do produtor rural, estará implicitamente ajudando a enriquecer as indústrias da periferia litorânea ou a das que se concentram nos grandes conglomerados urbanos, porque estimula a formação e ampliação de mercados internos; MAS A RECÍPROCA NÃO É VERDADEIRA, PORQUANTO TEMOS VISTO O FLORESCIMENTO INDUSTRIAL ESTIMULADO PELO SUBSÍDIO OU PROTECIONISMO GOVERNAMENTAL OU DE GRUPOS DE INVESTIMENTO, também estimulado pelo aumento da renda urbana, sem que haja uma situação reflexa no campo, onde o agricultor de baixa rentabilidade não dispõe de meios para adquirir o indispensável à sua subsistência."

Mas, Sr. Presidente, mercê do que acabamos de citar, o que aconteceu no Brasil a partir da década de 1964 e pela década de 70 adentro, em matéria de política da terra com o beneplácito, colaboração e participação do Governo oriundo do golpe de abril de 1964? E aqui vai a denúncia Srs. Deputados.

Aconteceu que alienando ainda mais nossa economia e comprometendo severamente a soberania nacional, o Governo brasileiro permitiu, vendeu, concedeu e até deu dinheiro para que grupos multinacionais tomassem conta de milhões e milhões de hectares de terra, e de lá remetam seus lucros para o exterior, roubem os índios, usurpem e continuem mantendo seus privilégios. Dinheiro dado, nascido do sacrifício do povo, da intole-

rante carga tributária que se lançou sobre os brasileiros; dinheiro que poderia significar a minimização das injustiças.

Aconteceu que em 1974, a Volkswagen da Alemanha, com o apelido de Cia Vale do Rio Cristalino, passou a deter 140.000 hectares de terra no Estado do Paraná, em cujo projeto aplicou apenas 38,8 milhões de cruzeiros de recursos próprios e para o qual recebeu do Governo brasileiro incentivos da ordem de 116,4 milhões de cruzeiros.

Aconteceu que em 1966, a Bruynzel NA e Bethlem Steel, com o cognome de Bruynzel Madeiras S.A., grupo holandês-americano, passou a deter 200.000 hectares de terra no Paraná e no Amapá, em cujo projeto aplicou de dinheiro seu, apenas 2,9 milhões de cruzeiros e recebeu do Governo brasileiro, através da SUDAM, 8,8 milhões de cruzeiros.

Aconteceu que em 1972, o grupo japonês de nome TOYO-MENKA, com o codinome de Superfine Madeiras S.A., passou a deter 300.000 hectares de terra no Estado do Paraná, em cujo projeto aplicou de dinheiro seu 6,6 milhões de cruzeiros, e para o qual recebeu do Governo brasileiro 17,3 milhões de cruzeiros.

Aconteceu que em 1976, o grupo italiano da Liquifarm, que no caso atende pelo vulgo de Agropecuária SUIÁ-MISSU, passou a deter no Estado de Mato Grosso 670.000 hectares de terra, em cujo projeto aplicou de recursos seus 85,8 milhões de cruzeiros e em contrapartida recebeu do Governo brasileiro incentivos da ordem de 257,6 milhões de cruzeiros.

Aconteceu que em 1973, o grupo americano National Bulk Carriers, do milionário americano Ludwig de tal, passou a deter a "irrisória" área de 3.600.000 hectares nos Estados do Pará e Amapá, para cujo projeto, recebeu do Governo deste País que deve mais de 50 bilhões de dólares ao exterior, além de isenção de impostos, também aval para empréstimos no exterior."

Com este rápido enfoque, Sr. Presidente e Srs. Deputados, queremos provar, reafirmar e proclamar que, no Estado do Paraná muito embora, como já disse e repito, respeitadas as proporções de área e de recursos, a orientação, a filosofia no trato da política da terra, assemelha-se e até avança àquela imposta e seguida pelo Governo Federal, daí a preocupação de que este Estado de uma vez por todas eleja um rol de prioridades para a aplicação do dinheiro do povo neste Estado, para que estas prioridades traduzam e possam significar algo de substancial na política social, voltada ao Homem, não, aquela propalada por Sua Excelência o Sr. Governador do Estado que tem à sua retórica rica, sempre presente a figura do mais humilde, mas, quando se constata através de um plano de Governo, que é o orçamento, esta preocupação desaparece e o espírito humanitário e social do ilustre Governador parece que se esvai num passe de mágica! É preciso que tomemos consciência deste problema, é preciso que o Paraná deixe de lado esta retórica milionária e volte seus olhos para o homem do campo, para o homem que foi expulso das suas terras em função da construção das Usinas Hidrelétricas, porque é só quem conhece aquela realidade, a realidade do dia a dia do agricultor e do homem do interior é que pode entender às vezes, quando um Deputado de Oposição e até mesmo, Deputados da Situação levantam a sua voz num tom mais elevado para que num gesto de esforço talvez a sua voz e o seu reclamo rompam as barreiras surdas do ouvido dos governantes e possam realmente na prática e sem demagogia, atender o interior deste Estado.

Temos visto o anúncio de planos mirabolantes defendendo a tese municipalista como um meio de impedir o êxodo rural.

Muito bem: teoricamente perfeita a colocação. É preciso que se dê um basta ao êxodo rural que tem desgraçado milhões e milhões de brasileiros que saem do campo e vão para as cidades brasileiras, para os grandes centros urbanos em busca de melhores dias.

Sim, é verdade que tem que se adotar uma política neste sentido para se por cabo a este fenômeno, mas para que isto surta efeitos na sua prática, o espírito da prioridade não pode estar ausente do pensamento dos governantes e dentro desta filosofia de prioridades é preciso que se adotem critérios justos e honestos, que se coadunem com a realidade paranaense.

Não é possível que por trás deste argumento que é válido, se adote uma política exatamente ao contrário e que se use este argumento que hoje é nacional, como gancho para propaganda eleitoreira.

É necessário sim, que se acabe, que se minimize com o êxodo rural e que se crie condições de trabalho através de uma estrutura, mas se não formos à raiz do problema do êxodo rural, não adianta procurarmos mais retalhos no já retalhado plano de Governo deste País e deste Estado.

É preciso que desçamos à raiz do problema e neste ponto somos radicais, até porque etimologicamente radical quer dizer, descer à raiz do problema.

Enquanto este Governo, enquanto este sistema não tiver a coragem cívica de propor e implantar neste País, uma verdadeira reforma agrária que atenda os anseios e as necessidades brasileiras, tudo o mais passará a ser mera balela, passará a ser mero engodo e não trará benefícios e nem soluções ao grave problema a que nos referimos.

É necessário que este Governo tenha a coragem cívica de pelo menos implantar o Estatuto da Terra que foi proposto e aprovado no Governo revolucionário mas que não passa de peça retórica nesta imensidão de leis que este País enfrenta dia a dia e que grande parte delas não são cumpridas e não são cumpridas por que? Porque não interessam aos poderosos.

É esta a verdade, Srs. Deputados, porque quando se quer fazer funcionar a lei e que esta lei venha ao encontro de interesse dos poderosos, a justiça é rápida, a lei é boa. Cito como exemplo o caso de Vila Formosa, onde homens, mulheres e famílias inteiras não tendo onde ficar, tomaram posse de uma área que pertence à Caixa Econômica Federal do Paraná.

Quer dizer, além dos latifundiários da área civil, ainda temos os latifundiários da área oficial e lá já há um mandado de expulsão destes proprietários. Vejam como nestes casos a justiça é rápida.

Mas, o mesmo tratamento não se dá ao agricultor, ao pequeno proprietário do interior deste Estado, aos posseiros que no correr do tempo famílias e famílias até da terceira e quarta geração, Srs. Deputados, têm se exterminado em brigas e em encontros até armados na luta pela posse definitiva da sua terra.

Aí, a justiça é lenta, não funciona e não funciona porque prejudica aos poderosos.

E é neste sentido então, Srs. Deputados, é com esta visão, muito embora o que se pretenda nesta emenda não venha solucionar de todo o problema de terra, na política de terra no Estado do Paraná.

Mas, achamos que dentro de um espírito de prioridade, é muito mais importante que se destine esta importância para minimizar estes problemas, para o Fundo de Desapropriação e Colonização, buscando com isso o reassentamento dessas famílias que andam perambulando como fantasmas à procura de um pedaço de terra para dar sustento à sua família, do que se gaste esse dinheiro em verbas de propaganda oficial.

É revoltante, Srs. Deputados, é impossível calar diante dessa situação, porque neste caso, especificamente neste caso, não há outro qualificativo para dar senão o de mau versação do dinheiro público.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 110/81.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desde o início de minha vida pública procurei analisar com cuidado as propostas orçamentárias, inicialmente do Município de Maringá, onde fui vereador.

Depois, nesta Casa, como Deputado. Honrou-me sempre a Comissão de Orçamento, em designar-me por vezes relator e em outras oportunidades, como Presidente desta importante Comissão Técnica da Casa.

Durante os trabalhos apresentados, procurei sempre buscar nos pareceres e nos posicionamentos uma maior participação do Poder Legislativo, não apenas na fiscalização dos orçamentos públicos mas, principalmente, na oportunidade da elaboração das propostas, na oportunidade de um dimensionamento que se dá ao dinheiro público neste Estado.

Assim é, que já propusemos por não concordar com a sistemática que se elabora o orçamento neste Estado e no Brasil, por não concordar com o castramento do Poder Legislativo existente desde 1963 com o advento da Lei 4320.

Procuramos apresentar alternativas possíveis de novas técnicas de elaboração orçamentária.

Não viria hoje a esta tribuna, não fosse o chamamento que eu tive ontem através do Deputado Deni Schwartz, que ao discutir um outro projeto, lia trecho de um voto em separado por mim exarado para o Orçamento de 1980, exarado em 1979.

Concordamos em gênero, número e causa, com a preocupação que deve existir entre os Srs. Parlamentares e toda a sociedade paranaense com o endividamento excessivo que se procura e que se dá ao País e que nosso Estado, graças a Deus, nos últimos anos vem diminuindo os percentuais que se toma em prestado.

Assim é que nos anos de 77 e 78 quando eu fazia o alerta, nós tivemos um acréscimo de empréstimo da ordem de dois mil e setenta e nove por cento.

Hoje, o acréscimo é muito menor. Portanto, estamos chegando agora, quem sabe, apesar de ainda buscar dólares, a uma racionalidade no posicionamento que se ocupa e que se faz no Estado do Paraná.

Com base nesta preocupação, procurou o Deputado Erondy Silvério, Líder da Bancada do PDS e do Governo nesta Casa, trazer para debate e trouxe o Sr. Secretário das Finanças, que numa palestra elucidativa com quadros completamente compreensíveis expôs a todos os Srs. Deputados interessados na matéria a situação real do Estado, e como disse ontem, se nós estamos alargando ao longo do tempo a nossa capacidade de endividamento, estamos naturalmente por sermos fiscalizados pela Comissão de Finanças do Estado, do Senado também com a possibilidade de pagamento.

Já disse e volto a repetir, é preciso repensar as formas de obtenção de recurso. Mas é necessário também que se invista e se invista imediatamente no Estado do Paraná para que nós não tenhamos amanhã a cobrança de que não fizemos estrada ou de que não fizemos aplicações na área social.

Ouvi agora há pouco o pronunciamento do Deputado Trajano Bastos e ele reclamava um direcionamento para as áreas sociais do Estado. E eu fiz rapidamente uma colocação no parecer que exarei, fazendo uma síntese das funções com vinculações proeminentemente social, que é a área de saúde e saneamento; habilitação e urbanismo; trabalho, assistência e previdência social; desenvolvimento rural; defesa nacional e segurança; desenvolvimento regional, constatamos que há uma representatividade de 48.1 do Orçamento e 50.5 dos recursos diretos do Tesouro do Estado.

Portanto, há neste posicionamento do Governo do Estado uma direção clara e inequívoca que se direciona para o social.

Mas recebi também com a participação na Comissão Técnica observações de que o nosso parecer foi eminentemente unilateral por rejeitarmos as emendas. Posicionamento que não aceito porque ele foi calçado única e exclusivamente no que diz a lei. Ele foi especificamente colocado de forma a que todas as emendas fossem analisadas dentro e à luz da legislação vigente.

Para nós não nos reportarmos à Lei 4320, já superada em alguns aspectos, ficamos com o § 1.º, do artigo 35 da Constituição Estadual que diz textualmente: "não será objeto de liberação a emenda de que decorra aumento de despesa global, ou de cada órgão, fundo, projeto ou programa, ou que vise modificar-lhe o montante, natureza ou objetivo".

Todas as emendas apresentadas, com exceção se não me engano da número 16, modifica projeto, programa, natureza e objetivo das dotações existentes.

Não poderia, numa comissão técnica, dar parecer favorável a estas emendas. Em nenhum momento discuti a validade ou não destas emendas. Em momento nenhum procurei discutir se aquelas obras pretendidas eram ou não importantes para cada região. Procurei situar, isto sim, a base legal que poderia calcar a apresentação destas emendas.

Mas vimos que algumas observações foram feitas tomando como base o artigo 33 da Lei 4320, na sua alínea "a", quando diz: "alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, salvo quando provada, neste ponto, a inexatidão da proposta". A inexatidão a que se refere esta alínea do artigo 33 não é com referência a montante de programa, é com referência a fechamento de quadros matemáticos e até aritméticos; é quando a soma de determinados quadros e dotações não batem a seu final.

Todos eles conferidos exaustivamente estão conferidos e batem os quadros.

Portanto, não cabia em momento algum aquelas emendas.

Mas por curiosidade, observei todas as emendas apresentadas pela Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Já disse no início que entendo que a participação parlamentar tem que ir em busca do aprimoramento orçamentário. Como fazê-lo?

Se um partido político entende que o direcionamento orçamentário de um Estado não está compatível com sua filosofia de trabalho, que prega modificações radicais, teria que apresentar, no mesmo projeto orçamentário, modificações que realmente objetivassem a mudança deste direcionamento.

Somei, por curiosidade, todos os valores componentes das emendas e cheguei a um resultado de 0,85 por cento do total orçado para o Estado.

Ora, Srs. Deputados, sou obrigado a acreditar que as modificações propostas visavam apenas algumas obras em particular e nunca a mudança do direcionamento; porque com este percentual jamais mudaria o direcionamento. 0,85 por cento,

num orçamento de 204 bilhões de cruzeiros, as emendas totalizam um bilhão, 739 milhões, 771 mil cruzeiros.

Portanto, o dimensionamento proposto pelo Poder Executivo do Estado do Paraná foi aceito pelas bancadas da oposição e especialmente pela Bancada do PMDB.

Existe algumas contradições, nas emendas apresentadas. Por exemplo, trabalha-se neste País e em qualquer país do mundo, pela perpetuação de cultura, pela formação de uma raça, de uma Nação que efetivamente defenda os seus valores. E onde é que se vai buscar isso? Quase sempre no Teatro, na manifestação popular. E o que fez a Bancada do Movimento Democrático Brasileiro. Estou generalizando, me desculpem, para não ler nome por nome dos autores das emendas, porque seria cansativo.

Fundação Teatro Guaíra. Fundação que orgulha o Estado do Paraná, pela sua grandiosidade; que orgulha o País, pela sua formação de cultura paranaense; pela presença efetiva do homem paranaense, exportando cultura para este País e para o mundo. O que pretendem as emendas apresentadas? De uma dotação de 277 milhões e 600 mil cruzeiros para a manutenção do teatro, em toda a sua estrutura, não apenas para espetáculos para ricos, como ouvi dizer, reduzem essa dotação em 222 milhões de cruzeiros. Mas vejam bem o restante da dotação, não seria suficiente sequer para a manutenção de limpeza e de guarda na porta do Teatro Guaíra.

Enquanto que em outra emenda um Deputado também da oposição, o Deputado Nelson Friedrich, apresenta uma emenda para, tirando de um outro órgão modificando portanto tudo, levando para teatros populares, uma verba de 6 milhões de cruzeiros. Que daria, eu creio para montar um espetáculo teatral.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Não queria interromper Vossa Excelência que demonstra mais uma vez a esta Casa, e isto desde o tempo em que Vossa Excelência pertencia ao partido de oposição. Que Vossa Excelência realmente conhece de orçamento; que estuda, que não radicaliza posições e que tem acima de tudo espírito público e que representa segmento da população paranaense que precisa ser protegida pelo poder público. Todo o Estado precisa desta proteção. Então é importante que os Srs. Deputados com assento nesta Casa e que representam segmento desta população, tem realmente discernimento ao apreciar uma proposta orçamentária, que é a função principal do Poder Legislativo.

Então não queria interromper Vossa Excelência porque Vossa Excelência realmente sabe das coisas; conhece matéria orçamentária, talvez melhor do que qualquer outro Deputado nesta Casa. Não é por ouvir dizer. É que Vossa Excelência estuda; Vossa Excelência argumenta, baseado em dados palpáveis, sólidos e concretos. Então não gostaria de ter interrompido Vossa Excelência.

Mas, há uma coisa que não me conformo. É com relação à Fundação Teatro Guaíra, que não foi obra deste Governo, que são obras de todos os governos do Paraná, desde o inesquecível Governador Bento Munhoz da Rocha Neto; que foi o grande idealizador, ele que foi uma das expressões máximas da cultura paranaense, ele foi o grande idealizador do Teatro Guaíra. Então não é obra deste Governo, ou do Governo anterior ou do Governo que antecedeu ao anterior; é obra da comunidade paranaense. Então não entendo o porquê desta fobia de determinados Deputados da Oposição, contra a Fundação Teatro Guaíra. Já que a dotação orçamentária, destinada àquela Fun-

dação, e perfeitamente normal, ainda mais que nós temos à frente da Secretaria da Cultura um dos cidadãos mais dignos deste Estado, que é o nosso companheiro desta Casa, Deputado Luiz Roberto Soares. Sabemos que dinheiro na mão da Secretaria da Cultura é dinheiro aplicado em favor da cultura e do esporte.

Mas não me conformo é quando setores da Oposição dizem que o Guaíra é para ricos.

Ora, o rico não tem direito às benesses do poder público? O rico não é aquele que - por que discriminá-lo? Não é aquele que realmente mais contribui para a máquina arrecadadora do Estado? Isto aqui é um regime capitalista. É um regime da livre iniciativa, onde os mais capazes realmente ganham mais dinheiro. Esta é a essência do regime democrático.

Agora os regimes socialistas e comunistas é evidente que talvez a emenda do Deputado Nelson Friedrich fosse até aplaudida.

Mas, lá também, naqueles países, se explora o homem pela força do trabalho, apesar que trabalhar não pode, mas com agravante é que ele só trabalha para comer, ele nunca vislumbra uma oportunidade de melhorar na sua vida, nas escalas naturais da existência humana.

Então, esta discriminação que se tenta fazer, contra o rico, contra aquele que através do fruto do seu trabalho, que há de se distinguir o rico honesto, aquele que galgou todas as etapas da vida através de um trabalho honesto, do rico corrupto. Estou defendendo o capitalismo, aquele regime que é aberto a todo mundo, que homem através de trabalho, através de sua inteligência, consegue realmente uma ascensão na sua vida econômica.

Então, essa discriminação, eu não entendo. O poder público precisa ver esse segmento da sociedade paranaense. A proposta orçamentária é uma proposta global para todos os segmentos da sociedade paranaense, do povo do Paraná.

Então, aqueles que vivem nas fundações de assistência social até aqueles que usufruem das culturais devem ser respeitados dentro de uma proposta orçamentária.

Parabenizo Vossa Excelência que me deu uma oportunidade de eu estranhar essa discriminação que se tenta fazer contra segmentos da sociedade, um regime perfeitamente válido.

E parabeno, porque, Vossa Excelência realmente conhece a matéria, discute com elevação, discute com conhecimento de causa e acima de tudo com humildade.

O SR. ANTÔNIO FACCI — O que ocorre, por exemplo, entre a ação parlamentar de determinados Deputados e as campanhas, vai uma diferença muito grande. Em Maringá, por exemplo, parte, ou o trabalho, o programa do Governo de determinado candidato da Oposição, está na construção de um teatro municipal e aqui na Assembléia se procura fechar o Teatro Guaíra.

Mas, ouvi também a manifestação do Deputado Trajano Bastos, defendendo uma emenda com brilhantismo, com elegância, com a capacidade que realmente poucos têm.

No entanto, há algumas emendas de Deputados de sua bancada e neste caso do Deputado Fiori Luiz, que choca-se frontalmente com a emenda defendida pelo Deputado Trajano Bastos.

Se não vejamos, propõe o Deputado Fiori Luiz, que se retire do programa da EMATER e do IAPAR, a importância de 78 milhões de cruzeiros, para ser distribuída a entidades de assistência social.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o IAPAR é um órgão existente no Paraná e sediado em Londrina, terra do Deputado Fiori Luiz, que quer retirar-lhe recursos para impedir o seu bom funcionamento, lou para fazer simplesmente política na apresentação da emenda e dizendo que procurou dotar as entidades de assistência social com determinadas importâncias.

Vou mais além da apreciação de algumas emendas.

A Emenda n.º 7, firmada pelo Deputado Gilberto Agibert, ele procura fazer ser colocado no Orçamento do Estado a quantia de 20 milhões de cruzeiros para a construção de um acesso ligando a cidade de Prudentópolis com a BR-277. Enganou-se o Deputado com o número da BR, que se trata da BR-373. O Deputado está mal informado quanto o custo da pavimentação asfáltica, porque 20 milhões de cruzeiros seriam necessários para fazer 1 km de asfalto e não 9 km.

Pode louvar-se aí a intenção de sediar-se consignado que seria iniciar este trabalho. Jamais que seria construída uma estrada de 9 km com 20 milhões de cruzeiros.

No mesmo erro incorre o Deputado Scarpelini, quando apresenta uma emenda propondo a pavimentação asfáltica da estrada de Apucarana a Rio Bom, "com cerca", ele não diz na emenda, quantos km tem. Fui manusear mapas para verificar de 25 a 30 km.

Vamos ficar nos 25 km, ele propõe uma verba de 40 milhões de cruzeiros, quando seriam necessários, quase 500 milhões de cruzeiros, para a sua construção.

Continua a desinformação, emenda do Deputado Darcy Deitos, n.º 20, refere-se a uma rodovia do plano federal e não alimentadora, quando pretende pavimentar a estrada que liga Cruzeiro do Oeste a Campo Mourão.

Emenda n.º 20, uma rodovia federal não pode e não tem condições de ser incluída no plano de rodovia alimentadora, fase 2. Mesmo porque, o mesmo Deputado e nós todos trabalhamos violentamente para que o Governo Federal aplique em nosso Estado e não o Estado do Paraná aplicar em rodovias federais. Não podemos jamais investir neste tipo de trabalho. Não pode a Assembléia Legislativa fazer com que o Governo invista num tipo de obra como esta.

A necessidade de pavimentação é clara e evidente, mas, propõem-se também, uma verba de 50 milhões de cruzeiros. A estrada tem 71 km que a 20 milhões de cruzeiros seriam necessários 1 bilhão e 400 milhões de cruzeiros para a sua construção.

Há mais uma aqui, do Deputado Deitos, que pede uma dotação orçamentária de 3 milhões de cruzeiros para recuperação da estrada que liga Campina da Lagoa a BR-369.

Ora, Srs. Deputados, 3 milhões de cruzeiros por certo não daria para instalar lá o canteiro de obras. É possível que desse para reponter as placas de sinalização.

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Antônio Facci, ouço com atenção a defesa que Vossa Excelência faz do seu parecer sobre o Projeto de Lei n.º 110/81, que trata do Orçamento Geral do Estado, para o ano de 1982.

Gostaria de ir por partes.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Só peço a Vossa Excelência que seja breve porque outros Deputados também desejam me apartear.

O Sr. Darcy Deitos — Serei breve, mas gostaria de ir por partes.

Inicialmente, devo dizer que fomos o subscritor da Emenda n.º 16 e que propõe a alteração do artigo 7.º, reduzindo de 30 para 15, isso do total orçado para despesas do exercício, com recursos definidos no Artigo 43, da Lei 4320, de 17 de março de 74.

A justificativa já fiz aqui, no plenário. Mas, me atendo especificamente para discordar da não aceitação da emenda, corroborado aqui no fechamento do seu parecer, quando Vossa Excelência diz o seguinte:

"Aliado ao fator tempo, está o inflacionário que além de difícil previsão, normalmente se situa bem acima dos percentuais utilizados para correção dos valores das dotações, por ocasião da confecção do orçamento. Se em 80 a inflação alcançou o alarmante índice de 110,2, as previsões para este ano se situam entre a casa dos 90 a 110 por cento, consubstanciando-se que o percentual de 30 por cento contido no artigo 7.º não é exorbitante. E só servirá para o ajustamento da execução orçamentária."

Mas, nobre Deputado, Vossa Excelência se esqueceu até de comparar o orçamento de 81 com o de 82. Houve um acréscimo de 142,4 por cento. Portanto, 42 por cento do máximo previsto por Vossa Excelência da inflação que teria seu efeito real para 1982.

Então, a sua argumentação não procede, porque o que queríamos com este mecanismo era tão somente diminuir o manejo de verbas pelo Poder Executivo, que tudo pode, tudo faz e não presta contas a ninguém, neste Estado, nem mesmo no Brasil, porque, parece que esta é uma norma hoje, com o modelo político-econômico e social instalado no Brasil após 64. E deu-se no que deu: os Parlamentos ficaram sem poder fiscalizador, sem condições de fiscalizar o Executivo.

Prosseguindo na análise, Vossa Excelência quando cita o Teatro Guaíra, quis dizer que todos nós, da Oposição, somos contra a cultura. Absolutamente, nobre Deputado, o que quisemos foi fazer um manejo de verbas. Inclusive tem aí Vossa Excelência uma emenda de nossa autoria, destinando verba para a Casa da Cultura de Campo Mourão, recém-inaugurada.

Então, não há incoerência.

Mas, jogamos em cima do Teatro Guaíra exatamente porque esta Casa tem que tomar conhecimento: o Teatro Guaíra detém uma verba orçamentária, em 81 de 45 por cento, pula de 45, em 81, para 277, em 82. Vossa Excelência acha que isso é coerência?

Ou será que interesses escusos estão por trás do carregamento dessa vultosa verba?

Também não procede a crítica em cima do eminente Líder Nelson Friedrich que, evidentemente, é um do interior, altamente preocupado, porque o interior tem que ter vez. Não é só "joão rico" como disse, aqui, o eminente Líder de sua Bancada.

Vossa Excelência falou nas estradas. É claro que, à primeira vista, tanto a verba destinada à construção da estrada inserida na emenda do Deputado Scarpelini, como a emenda que propusemos para que fossem carregadas verbas para o início da construção da estrada Campo Mourão-Cruzeiro D'Oeste.

Veja Vossa Excelência que uma estrada não se constrói em um ano, é evidente que em 4, 5 anos ela será construída. Então, todos os anos teriam que ser carregadas verbas. Esta era uma verba inicial, agora não entrarei no mérito da discussão...

O SR. ANTÔNIO FACCI — Deputado, é incoerência. Permite-me dialogar com Vossa Excelência?

Nesta emenda que Vossa Excelência apresentou, houve

duas incoerências, primeiro, o valor, segundo, porque é uma rodovia federal.

O Sr. Darcy Deitos — No seu entendimento.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Perfeitamente. Não há condições de se incluir, aliás, há uma terceira posição, inclui-se todas as emendas, Programa BID 2, e, vota-se contra os empréstimos para ir buscar recursos para fazer essas estradas, quer dizer, como já disse no ano passado, aqui, que, quando, ou se chegarem um dia Vossas Excelências ao Governo do Estado, continuarão indo buscar recursos, lá fora, o que é altamente lamentável, porque concordo com o posicionamento do Deputado Deni Schwartz, que, temos que repensar e ir buscar em outras fontes, recursos, portanto, o posicionamento que Vossa Excelência faz agora e fazem os Deputados que colocam estradas como rodovias alimentadoras, FASE 2, BID 2, estão de pleno acordo com a diretriz que o Governo do Estado do Paraná empreendeu neste Estado, indo buscar recursos no Exterior, e, não sei porque, votam contrariamente aqui, no plenário, quanto às Mensagens que vão buscar esses recursos.

O Sr. Darcy Deitos — Nobre Deputado ...

O SR. ANTÔNIO FACCI — continue o aparte, desde que seja breve.

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência diz que há incoerências, mas eu me ative, ao fazer esta emenda, nobre Deputado, essencialmente, exatamente em cima do projeto de lei, está aqui, nobre Deputado, na Secretaria dos Transportes.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Vossa Excelência gostaria então, que ficasse consignado a intenção de Vossa Excelência de asfaltar a estrada? Perfeitamente válido, Deputado. Só que, ela não cabia no programa.

O Sr. Darcy Deitos — Deputado, nós apresentamos, para o início de obras, e corroborado aqui, na página 423, no detalhamento das obras a serem efetuadas em 82 pela Secretaria dos Transportes, está aqui - "Código da Rodovia BR 153 - contorno de Jacarezinho; BR 487 - Campo Mourão-Iretama".

Então veja Vossa Excelência de que, aquela estrada Campo Mourão-Iretama já faz parte da BR e está sendo construída aqui pelo Estado do Paraná, então, estou aqui cobrando do Poder Constituído deste Estado, que, olhe por aquela região e não fique de braços cruzados como sempre ficou.

Ao finalizar este aparte que lhe faço, eminente Deputado, quando Vossa Excelência critica a verba que destinamos para...

O SR. ANTÔNIO FACCI — Faço a defesa do parecer, dentro e com linguagem parlamentar, como Vossa Excelência está fazendo, sem atacar pessoalmente qualquer Deputado.

O Sr. Darcy Deitos — Mas eu estou lhe atacando?

O SR. ANTÔNIO FACCI — Não, absolutamente. Acabei de dizer que, a sua linguagem é parlamentar tanto quanto a minha, agora, peço a Vossa Excelência que me devolva a palavra, caso contrário eu não termino o meu pronunciamento.

O Sr. Darcy Deitos — Finalizo, eminente Deputado.

Tão somente, no último tópico quando Vossa Excelên-



Curitiba, quinta, 19/11/81

cia fez referências também, à emenda que apresentamos, para corrigir defeitos específicos na estrada que liga a cidade de Campina da Lagoa-BR 369.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Os valores, nobre Deputado.

O Sr. Darcy Deitos — Existem crateras, eminente Deputado, são em poucos lugares, mas que colocam em risco, Vossa Excelência, "data vênica", talvez não tenha transitado por aquela rodovia, mas eu, o Deputado Edilson Alencar, o Deputado Augusto Carneiro que é o Deputado lá da área, sabem quantas vezes, quantos requerimentos aqui já foram apresentados para a correção daquela estrada que coloca em risco a vida daqueles que por ali transitam.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Nobre Deputado, vou retomar a palavra e esclarecer Vossa Excelência.

O Sr. Darcy Deitos — Mas agradeço, Deputado, o espaço que me concedeu, e reafirmo o meu voto que tive lá na Comissão, quando fui voto vencido e votei contrariamente porque as intenções desse orçamento são essencialmente eleitoreiros dentro do meu entendimento, e quero crer, de toda a nossa Bancada.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Deputado Darcy Deitos, quando as Bancadas de Oposição ou a Bancada do PMDB, que o PP e o PTB não apresentaram emendas, apresentaram emendas que totalizaram apenas 0,85 por cento do Orçamento. Já disse e torno a repetir, concordaram com as diretrizes maiores do Governo do Estado.

Tem o aparte o Deputado Scarpelini.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Deputado, Vossa Excelência fez referência a uma emenda que apresentamos quanto aos valores, mas o que gostaria de dizer a Vossa Excelência quanto ao asfaltamento de uma rodovia. Não começa pelo asfalto, para depois vir a terraplenagem, para depois vir o projeto de construção. É necessário que primeiro se contrate uma firma que vai elaborar o projeto técnico, depois elabora o serviço de terraplenagem e em seguida o asfaltamento.

Vossa Excelência está querendo colocar que a emenda que apresentamos fosse para o asfaltamento imediato e custasse o valor que está na emenda, quando não sei se realmente custa 20 milhões de cruzeiros o km de asfalto ...

O SR. ANTÔNIO FACCI — Deputado Scarpelini, apenas para esclarecer. Vou ler a redação da Emenda nº 13:

O Sr. José Domingos Scarpelini — Asfaltamento e o asfaltamento começa com um projeto.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Vossa Excelência deveria colocar aqui: projeto. Há uma discordância entre a redação da emenda e o que Vossa Excelência pretendeu.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Agora o que Vossa Excelência disse com respeito a Rodovia que liga Campo Mourão a BR369 que foi uma emenda do Deputado Darcy Deitos, 3 milhões de cruzeiros para recuperação daquela rodovia, Vossa Excelência disse que 3 milhões de cruzeiros não dariam nem para pintar as placas.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Daria para pintar as placas.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Então me parece que o Leon Peres está de volta ao Paraná porque para pintar placas custar 3 milhões de cruzeiros...

O SR. ANTÔNIO FACCI — Está de volta e no Partido de Vossa Excelência.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Muito pelo contrário. Muito pelo contrário. No nosso Partido não, o lugar dele seria no PDS, nobre Deputado.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, o nobre Deputado Darcy Deitos, elegante no seu aparte, fez referência à Emenda nº 16. A emenda nº 16 que com outros números eu apresentei em outros tempos, e que continuo afirmando que ela daria possivelmente menor flexibilidade ao Poder Executivo e maior condição à Assembléia Legislativa, mas quero me louvar nesta oportunidade, de diversos pronunciamentos feitos aqui desta tribuna pelo Líder da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Deputado Nelson Friedrich.

Afirmou e reafirmou aqui na votação de diversos projetos que nesta Casa haveria que imperar o poder de convencimento, que nesta Casa haveria de imperar o poder que Deputados pegassem um projeto, estudassem e fizessem com que os outros compreendessem que o seu ponto de vista era válido e sairia vencedor. Muito bem.

Como autor por diversas vezes, coloquei-me numa posição um pouco delicada. Daí uma preocupação que deve assaltar a todo homem público quando tem que por a sua assinatura em qualquer documento.

Fui então verificar em algumas prefeituras do Estado do Paraná e em alguns Estados do País, em diversas épocas diferentes. Qual é a atitude, qual foi a atitude de homens do PMDB hoje, em outras épocas em outros partidos ou no MDB; quando exercem a Chefia de Executivos e fiz um levantamento em alguns municípios, mas quero ver antes, de alguns Estados.

A União comporta - baseado na Lei 4320, 20 por cento. São Paulo altera entre 20 e 25 por cento. Para 81, 5 por cento. A União neste último ano, 25. Minas Gerais, 25 por cento. Rio de Janeiro, 30 por cento. Paraná, 30 por cento. Amazonas, 40 por cento, Alagoas, 40 por cento, Pará, 40 por cento, Piauí, 30, Rio Grande do Norte, 30, Acre, 25, Santa Catarina, 50 por cento, Ceará, 20 por cento, Rio Grande do Sul, 10 por cento, Espírito Santo, 20 por cento, Mato Grosso, 30, Goiás, 40, Maranhão, 20, Paraíba 20, Pernambuco 30, Sergipe 20.

Portanto, estamos na média geral, mas a minha surpresa maior foi ao examinar e estou me louvando aqui em dados da FAMEPAR que tem os orçamentos todos dos municípios do Paraná em suas diversas épocas e encontrei aqui em um município do Paraná especificamente, que me chamou a atenção, Município de Francisco Beltrão, governado até 1972, se não me engano, pelo hoje Deputado do PMDB Deni Schwartz, prefeito na ficha da ARENA. A inflação em 1971 era de 12 por cento. O Deputado Deni Schwartz em sua gestão utilizou 37 por cento de suplementação orçamentária, 7 por cento a mais do que todas as épocas no Estado do Paraná. Este é para meu convencimento, que fui buscar os dados. Fui buscar em Londrina, Prefeitura governado pelo MDB, depois pelo PMDB e agora o Prefeito Antônio Belinatti está no PDS.

Mas enquanto foi do MDB, todos os anos, 50 por cento de suplementação de verba. Prefeitura de grande porte, cidades de muitos recursos, condições de governar tranquilas, mas quer

ter e tem flexibilidade muito maior do que tem o Governo do Estado com 30 por cento.

A inflação como eu disse em 71, 73 e 74, de Londrina, eram menores do que a de hoje e estas suplementações como eu disse, e todos os que são prefeitos sabem disso, são para compensar as flutuações da inflação.

Começa-se uma obra no início do ano com um orçamento, chega-se ao final do ano, no final da obra, com ela muito mais cara.

Arapongas, dirigida de 72 a 76 pelo hoje Deputado e Presidente do PMDB do Paraná, que eu muito prezo, como prezo todos os demais Deputados, Waldyr Pugliesi.

1973: 50 por cento de suplementação; 74, 50 por cento de suplementação; 75, 50 por cento de suplementação; 76: zero. A Câmara Municipal resolveu tirar todas as condições do Prefeito Waldyr Pugliesi, de trabalhar e perguntem ao meu caro colega Waldyr Pugliesi, como é difícil governar sem poder suplementar verba por decreto.

Pergunte a ele se a Bancada da ARENA na época, não permitiu que ele levasse para lá o projeto Cura e outras tantas coisas que eram do Governo Federal de interesse do Partido do Governo e que a Bancada, por pirraça ou por interesses pessoais, não permitiu que ele fizesse.

Sofreu no seu último ano de governo uma dificuldade muito grande para governar e ele sempre fala isso para a gente e a inflação era menor.

Guarapuava: Prefeito Cândido Bastos. Prefeitos anteriores: Nivaldo Bruger - suplementação de verba, 50 por cento.

**O Sr. Trajano Bastos** — Vossa Excelência esquece que a Bancada da ARENA naquela época deixou o Prefeito sem orçamento em Guarapuava.

**O SR. ANTÔNIO FACCI** — Apenas lembro o Deputado Trajano que isto aqui se refere aos anos de 80 e 81 e o já previsto para 82.

Apenas estou lendo e me posicionando para chegar ao poder de convencimento tantas vezes alardeado pelo meu Líder e grande amigo Nilton Friedrich, que nesta Casa deve melhorar o poder de convencimento.

Depois de compulsar toda essa documentação, que me custou algumas horas de trabalho, é que eu me convenci que numa inflação de 100 por cento a suplementação de verba de 30 era muito menor do que as suplementações anteriores tidas pelos homens da Oposição.

Tem o aparte do Deputado Deni Schwartz.

**O Sr. Deni Schwartz** — Vossa Excelência só está esquecendo um detalhe: pelo menos falo sobre Francisco Beltrão. O senhor veja que até é um número quebrado, ele é quebrado porque toda essa suplementação foi feita através da Câmara de Vereadores.

Por isso, é que nós temos brigado nesta Casa e Vossa Excelência é testemunha disso, que as autorizações venham a esta Casa, apenas isso.

Mas, Sr. Deputado, acho que a nossa discussão e vai me permitir, até certo ponto é infrutífera, vai me permitir dialogar com Vossa Excelência, porque fico muito satisfeito quando alguém vem com um assunto sério. E, Vossa Excelência está trazendo um assunto com uma seriedade tremenda.

Aliás, até em resposta ao ilustre Líder do Governo, quando diz que alguns Deputados por ouvir dizer, por ouvir dizer propõe coisas não apropriadas, eu até lembraria, isto é muito

bom a aula que Vossa Excelência está dando a todos nós. Porque tenho certeza que a partir de agora, o Deputado Fiori Luiz não será mais apartado e criticado por não apresentar emendas na época oportuna ao orçamento, como foi criticado nesta Casa, quando criticava alguma obra do Governo. E o eminente Deputado Erondy Silvério dizia: "não discutiu na época emendando o orçamento".

É excelente, porque a aula de Vossa Excelência é para todos nós.

Agora, convenhamos Deputado Facci, esta discussão se torna estéril, eu sei que Vossa Excelência não concorda comigo, mas nenhuma dessas emendas é de minha autoria, eu não as fiz e disse aos meus companheiros que não as faria e que provavelmente nem as votaria. Assim como ontem não votei favoravelmente à emenda do meu líder com relação ao aumento dos funcionários, quando pretendia que os reajustes, eliminar um trecho de um dos artigos contrariamente o que havia sido acertado entre professores e parlamentares aqui nesta Casa.

Portanto, é bom que se diga, quando Vossa Excelência fala de bancada, nós, e eu acredito que a bancada de Vossa Excelência também, temos tido a liberdade até de discordar dentro da Bancada.

Mas, o que é importante e que Vossa Excelência está trazendo à baila, é que toda a discussão em torno de orçamentos para mim são infrutíferas e até ilegais. Porque veja bem, esta discussão caberia perfeitamente às emendas etc, etc, caberia perfeitamente quando o Sr. Ney Braga assumiu e que elaborou o seu plano de governo.

Criticamos a Lei 4320, mas, vejamos, ela não é tão ruim como todos nós pensamos.

Quando ela proíbe o Deputado a fazer emenda, talvez ela esteja até sendo sábia, porque ela prevê também, e isso é importante, que o Deputado, o Legislativo tem uma participação importante na elaboração do programa de governo, no plano de governo. Dando um rito todo especial na discussão desse plano de governo. E, infelizmente, não acredito que tenha sido por maldade, não. Porque no Paraná inclusive nunca foi feito isso e se nós formos governo, uma das brigas pessoais deste Deputado, é que o plano de governo venha a ser discutido intensamente pelo Legislativo. Porque, uma vez tomada a orientação, o plano de governo - quadrienal - não tem nada com o plano plurianual de investimentos.

Uma vez definido esse plano depois de discutido, não com a sociedade lá de fora como foi o plano do Sr. Ney Braga, mas também com o Parlamento, as emendas deixam de ter razão de ser, porque estará estabelecido o caminho.

E, infelizmente, a lei não foi cumprida, por esquecimento eu acredito não por má-fé, não foi cumprido e o que nós temos discutido em cima todos esses orçamentos, do meu ponto de vista, são ilegais. E daí seriam infrutíferas este tipo de discussão.

**O SR. ANTÔNIO FACCI** — Deputado Deni Schwartz, as colocações e o trabalho que Vossa Excelência sempre fez que acompanhei muitos anos aqui, principalmente nas elaborações de peças orçamentárias, é altamente elogiável. As colocações com referência a preocupação do endividamento externo, tudo isso eu concordo em gênero, número e causa. O que eu precisava mostrar para a Casa e o Estado do Paraná as razões do convencimento que me levaram a propor, a opinar contrariamente à emenda da redução de 30 para 15 por cento.

Com referência à modificação das técnicas de elaboração de orçamento, já propus a esta Casa e através de pareceres

e Vossa Excelências firmaram comigo algumas modificações, como defendendo o orçamento base 0, que dependeria toda a realização de autorização do Poder Legislativo. Ou o orçamento empresarial, um outro sistema de orçamento, não é verdade?

Portanto temos uma atuação nesta linha. E vou mais longe: propus também e está aqui rodando nas Comissões Técnicas, um projeto de resolução que visaria dar a Assembléia Legislativa de um setor de acompanhamento e assessoramento com o intuito de possibilitar a todos nós parlamentares, não só o acompanhamento da execução orçamentária, mas também uma fiscalização efetiva viabilizando o atendimento da principal função do legislativo.

Está viajando pelas Comissões Técnicas, porque segundo alguns entendimentos dos nobres e ilustres Deputados que a manusearam entendem que eu crio cargos e que isso era impossível de se fazer como iniciativa do Poder Legislativo.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o meu posicionamento e eu quero encerrar porque estou por alguns minutos, favorável ao projeto, tem também outras razões de ser. Já expliquei, porque estou contrário às emendas.

**O Sr. Ailton Cordeiro** — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Antônio Facci, quero cumprimentar Vossa Excelência pela forma exemplar como defende o seu parecer, como expõe a matéria e pelo desmentido que faz da tribuna a algumas acusações feitas com alguma frequência a esta Casa, de que os nossos Deputados não se preocupam em se aprofundar no exame, no estudo, na análise das matérias que tramitam pelo Poder Legislativo.

Vossa Excelência nos deu uma demonstração muito clara, muito meridiana de uma profundidade de conhecimento do orçamento. Não só rebatendo as críticas infundadas, mas como oferecendo a esta Casa o exemplo concreto de que as coisas nem sempre são como são ditas e como são pronunciadas, pelo simples prazer e pela simples satisfação de criticar ou de diminuir, ou de subestimar.

Quero cumprimentar a Vossa Excelência porque esta Casa ganhou muito com a sua presença nesta tribuna, e porque as dúvidas que ainda pudessem porventura pairar sobre esta matéria foram amplamente desfeitas. E eu me permito inclusive aqui mencionar que as colocações feitas por Vossa Excelência no que toca a captação de recursos são altamente justas. E nós conversávamos ainda há pouco, numa reunião no Nordeste brasileiro com um técnico do Banco Mundial, que nos provava claramente que um País como o nosso, pobre como o nosso, não é viável sem a captação desses recursos.

Meus cumprimentos a Vossa Excelência pelo brilho da sua exposição.

**O SR. ANTÔNIO FACCI** — Muito obrigado, Deputado Ailton Cordeiro. O que procuramos fazer neste trabalho modesto, foi defender o parecer já exarado. E quero, encerrando nestes quatro minutos que me restam, dizer que o direcionamento social do Governo tem números que comprovam isso.

Atendimento ao adulto carente - o crescimento verificado nos dois anos apenas do Governo Ney Braga foi de 135 por cento.

Abastecimento de água - água tratada em 281 municípios sedes municipais, a SANEPAR fez 155 mil novas ligações, cerca de um terço de todas as ligações existentes em 79. Isto é cuidar da saúde do povo.

Vacinação - o Governo Ney Braga aplicou 12 milhões

e 400 mil doses nos primeiros dois anos de vacinas, cerca de 3 milhões e 100 pessoas no Paraná atendidas. Esgotos sanitários, ampliaram-se 28 sistemas, implantaram-se dois novos, beneficiando mais de 300 mil pessoas.

Assistência ao menor, passou-se de cerca de 9 mil para 34 mil, o número de menores atendidos pelas entidades comunitárias, apoiadas pelo Governo que passaram de 101, para 278.

Assistência técnica ao pequeno trabalhador rural, de 1979 para cá, dobrou o número de pequenos agricultores atendidos pelo sistema estadual de assistência técnica e vai quintuplicar até o final do Governo, o programa de integração de apoio ao pequeno trabalhador rural.

Regularização fundiária, preste atenção neste número, até o início do Governo Ney Braga, dez mil novos títulos. No Governo Ney Braga, 30 mil novos títulos de propriedade rural, dando segurança ao povo paranaense, ao pequeno trabalhador, para que ele possa desfrutar e trabalhar em sua terra com segurança e tranquilidade.

A COHAPAR, 10 mil casas iniciadas e outras doze mil construídas.

Apoio financeiro aos pequenos municípios, 1 bilhão e 580 milhões de cruzeiros a 280 municípios. Ou seja, 833 por cento a mais do que a média anual do período de 72, 78.

Conservação de rodovias, tão criticadas, um bilhão e 500 milhões de cruzeiros. E a merenda escolar que foi levada à todas as escolas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este é o meu posicionamento com referência ao orçamento do Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

**O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho)** — Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 110/81.

**O SR. ERONDY SILVÉRIO** — (Pela ordem) — Requeiro a Vossa Excelência a chamada nominal.

**O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho)** — A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada nominal dos Srs. Deputados).

**O SR. PRESIDENTE (João Mansur)** — Responderam a chamada 38 Srs. Deputados. Há "quorum" para votação.

Em votação o Projeto de Lei n.º 110/81, ressaladas as emendas.

**O SR. LINEU TURRA** — Sr. Presidente, queria saber a forma como Vossa Excelência irá colocar em votação o orçamento.

Se irá colocar artigo por artigo, ou vai ser votado em 2a. Discussão agora, de acordo com o artigo 184 do Regimento Interno?

**O SR. PRESIDENTE (João Mansur)** — Com base no artigo 165 do Regimento Interno, procede a questão de Ordem. E esta Mesa procederá a votação artigo por artigo.

**O SR. ERONDY SILVÉRIO** — (Pela ordem) — Sr. Presidente, Vossa Excelência sabe perfeitamente e toda a Casa sabe que o Plenário é soberano, inclusive sobre disposição regimental. Nessas condições, requeiro a Vossa Excelência que a votação

seja global. E em seguida encaminharei a Vossa Excelência um requerimento por escrito, para que Vossa Excelência submeta à apreciação da Casa.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, acho que o Plenário não pode decidir, modificar disposição expressa do Regimento Interno. E nós estamos na fase de votação, agora acho que qualquer requerimento é inoportuno. Acho que está em votação a matéria.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Questão de Ordem levantada pelo nobre Deputado Erondy Silvério procede, baseada no artigo 161, desde que Vossa Excelência encaminhe à Mesa, o requerimento, solicitando a votação em grupos, de artigo por artigo.

O SR. ANTÔNIO FACCI — (Pela ordem) — Apenas para ilucidar esse posicionamento.

A lei orçamentária, o projeto orçamentário tem tramitação especial nesta Casa e não é regido pelo artigo citado. Ele é regido pela Resolução n.º 17/67, de 11/10/67, firmado por Vossa Excelência, então Presidente.

Em nenhum dos seus artigos e parágrafos ele faz menção de votar artigo por artigo.

Ele diz: projeto será votado. Portanto, não procede a questão de ordem do Deputado Lineu Turra, porque, esta resolução é que regulamenta a lei orçamentária.

(2a. questão de ordem) — Todo capítulo 4 do nosso Regimento Interno que diz do projeto orçamentário, está modificado por essa resolução, como pode ser visto no próprio Regimento Interno, este asterisco aqui, vide Resolução n.º 17/67 em apêndice a parte, portanto, não há condições de se atender a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Erondy Silvério. Requer ouvida a Casa, em forma regimental, votação de 2 grupos de artigos. Aprovado.

O SR. DARCY DEITOS (Pela ordem) — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se.  
31 Srs. Deputados o aprovam; 10 o rejeitam. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Em votação do Artigo 1.º ao 6.º.

Em votação. Aprovados.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.  
Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.  
31 Srs. Deputados aprovam, 11 rejeitam. — Aprovados.  
Em votação do Artigo 7.º ao 13.º.

Em votação. — Aprovados.

A Mesa irá proceder a votação das emendas, objeto de

requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, subscrito por um terço dos Srs. Deputados.

O requerimento solicita a votação das Emendas de n.ºs 1 a 38, publicadas no Avulso do Diário da Assembléia.

Em votação a Emenda n.º 1. — Rejeitada.

O SR. DARCY DEITOS (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito que mande proceder a leitura das emendas que serão votadas.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem) — Sr. Presidente, as emendas foram publicadas, toda a Casa tem conhecimento, estamos com a Ordem do Dia nas mãos. Requeiro ainda a Vossa Excelência que proceda a votação global das mesmas, porque já foram objeto de discussão na Comissão de Orçamento, sendo rejeitadas naquela Comissão. Estão publicadas no Diário da Assembléia.

Então, não há razão da leitura das mesmas. Pelo menos a maioria da Casa tem conhecimento delas.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa o nobre Deputado Darcy Deitos que entende desnecessária a leitura das emendas, porquanto esta Presidência fez distribuir a todos os Srs. Deputados o Diário da Assembléia com todas as emendas publicadas.

Razão porque irá colocar em votação o requerimento do Deputado Erondy Silvério.

Em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) — Sr. Presidente, no próprio conteúdo do requerimento que formulamos e que teve o apoio da Assembléia, ainda na semana passada, consta a solicitação de cada emenda individualmente.

Além do mais, esta tem sido a prática desta Casa, como aconteceu o ano passado, quando até chegamos a discutir diversas emendas das 14 que foram apresentadas naquele ano.

Por essa razão, peço a Vossa Excelência, com base na disposição regimental, no requerimento que formulamos que teve a subscrição de um terço e o apoio da Casa. E obviamente, se teve o apoio da Casa, seu conteúdo deve ser respeitado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem) — Sr. Presidente, até as coisas mais absurdas e inconstitucionais, levam por uma questão de companheirismo, de camaradagem, que sempre imperou nesta Casa, o apoio. Nós apoiamos apenas a apresentação das emendas, jamais o exame, a forma de examiná-las.

Então, meu requerimento encontra base no Regimento e peço a Vossa Excelência que o submeta à apreciação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre Deputado Nelson Friedrich que o requerimento subscrito por Vossa Excelência, só consta a votação das Emendas de n.º 1 a 38.

Em votação a proposição do Deputado Erondy Silvério.

O SR. DARCY DEITOS (Pela ordem) — Sr. Presidente, gostaria que Vossa Excelência esclarecesse o Plenário, da Resolução n.º 17/67, qual a interpretação dada ao § único, do artigo 9.º?

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — O § único diz: "votado o

projeto de 2a. discussão, no qual serão também apreciadas emendas objeto do requerimento de que trata o artigo 7º.

E é o que esta Presidência está fazendo.

Em votação a proposição do Deputado Erondy Silvério.  
Aprovada.

O SR. DARCY DEITOS (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.  
Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.  
30 Srs. Deputados aprovam, 10 rejeitam. — **Aprovado.**

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro a Vossa Excelência que a Questão de Ordem que foi votada há poucos minutos atrás, que Vossa Excelência registre em livro próprio para que fique como norma deste Poder.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e será registrado.  
Em votação as Emendas de n.ºs 1 a 38. — **Rejeitadas.**

O SR. DARCY DEITOS (Pela ordem) — Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (A Mesa defere).

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.  
Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.  
10 Srs. Deputados aprovam; 30 rejeitam. — **Rejeitadas.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 117/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 101/81), que estabelece medidas para contratação de empréstimos ou financiamentos externos pela Administração Direta ou Indireta do Estado, no período de 1981 a 1983, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra para discutir, ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

As atitudes e presenças, na tribuna, dos Deputados do PMDB, na discussão e análise da proposta de orçamento do ano de 1982, e do empréstimo da ordem de 100 milhões de dólares, proposto pelo Governo do Paraná, tem levado, à boca pequena, nesta Assembléia e na análise de alguns Srs. Deputados do PDS, de que são atitudes quixotescas de nossa Bancada e que a nada levam.

Sr. Presidente, muito embora haja este entendimento, mais uma vez estamos aqui para discutir um assunto um tanto quanto árido, mas que entendemos, de suma importância, que é, esta proposta governamental de, contrair mais um empréstimo em dólares, no Exterior.

Estamos aqui, Sr. Presidente, fazendo a parte que nos toca, usando esta tribuna como uma trincheira para levar o nosso ponto-de-vista, denunciar ao Paraná do alto endividamento, do alto comprometimento das finanças deste Estado, dos vultosos empréstimos contraídos nos últimos anos, e mais um

que aí está para ser votado.

Na última terça-feira, esteve presente nesta Assembléia o Sr. Secretário das Finanças, Sr. Edson Guimarães, que veio trazer as suas razões e as suas justificativas da necessidade de o Governo do Paraná mais uma vez buscar empréstimos no Exterior, para fazer face e para cobrir o seu rombo de caixa previsto para o ano de 82 e subsequentes.

Queremos aqui, Sr. Presidente, de que, alguma temeridade que pairava na Bancada do PDS, de que, quando se solicita ou quando se pede a presença de um Secretário de Estado para trazer luzes e esclarecimentos aos Srs. Deputados, alguns entendem como rebaixamento, como coisa do outro mundo e que a casa vai cair, tão somente porque um Secretário vem aqui nesta Casa trazer esclarecimentos.

Isto não houve, Sr. Presidente, o que lá houve foi um debate de alto nível onde não ouvimos nenhum Deputado da Oposição agredir Sua Excelência o Sr. Secretário das Finanças do Estado do Paraná; o que lá houve foi um debate de pontos-de-vista onde se mostrou, na prática, de que, democracia, muito embora de partidos diferentes, de pontos-de-vista diferentes, de pontos-de-vista não convergentes, é isto, pode-se discutir, pode-se ficar por horas e horas, muito embora não se concorde com aquilo que um diz ou que outro diz.

Mas isto chama-se democracia, Sr. Presidente. E o que houve na última terça-feira, foi um legítimo exercício de democracia e um legítimo exercício do direito deste Poder que é, discutir com os Srs. Secretários, as matérias que envolvem os altos interesses do Estado, principalmente do povo do Paraná, desassistido nestes últimos anos.

Se olharmos o último senso, veremos de que o nosso Estado, de uma estimativa de 10,5 milhões de paranaenses, pouco passou de 7,5 milhões, houve uma evasão de mais de 3 milhões de paranaenses, irmãos nossos, que daqui saíram porque suas necessidades básicas não foram atendidas.

Então, Sr. Presidente, queremos aqui de público dizer de que, a presença daquele Secretário aqui nesta Casa deu mostras, deu uma aula de democracia, de que a gente pode trazer outros Secretários aqui, para discutir matérias que envolvam as questões que estejam em discussão, projetos de lei do interesse do Executivo do Estado do Paraná.

Mas, Sr. Presidente, o Sr. Secretário disse da necessidade que tínhamos de emprestar mais 100 milhões de dólares, porque o nosso Estado é um dos que menos deve dentro do contexto nacional.

Divergimos desse ponto-de-vista, Sr. Presidente, divergimos porque entendemos de que os números colocados na Mensagem que trata o Projeto de Lei 117/81, nas suas justificativas é dito de que, a dívida do Estado do Paraná, o saldo devedor em cruzeiros, no dia 31 /7/81, era da ordem de 35 bilhões de 640 milhões de cruzeiros, dando uma dívida de 5 bilhões, 675 milhões e uma dívida externa de 29 bilhões, 964 milhões de cruzeiros.

Dentro do nosso ponto-de-vista divergimos destes números, Sr. Presidente, porque eles não são reais. Com estes números e com estas justificativas, tentou-se trazer a esta Casa, um entendimento errôneo de quanto deve o Estado do Paraná, errôneo, e provaremos porque.

No ano passado quando aqui examinamos a Mensagem do Governo do Paraná em que solicitava autorização deste Poder para contrair um empréstimo no Exterior de 80 milhões de dólares, trazia naquele projeto um cronograma de amortização do principal e encargos da dívida interna da Administração Direta e um cronograma de amortização do principal e

encargos da dívida externa da Administração Direta.

Entendemos, Sr. Presidente, como entendeu aquela mensagem de que a dívida deve ser analisada pelo que já entrou nos cofres do Tesouro do Estado e deve ser analisada pelas autorizações dadas por esse Poder e pelos contratos já formalizados com os banqueiros internacionais, mas Sua Excelência ao remeter as justificativas só disse da dívida, Senhor Presidente, da dívida que já entrou no caixa do Tesouro do Estado. Sequer passou no volume dos contratos já formalizados e no volume das amortizações ou melhor, das autorizações já dadas por esta Casa nos anos de 1980, e da que será dada em 1981.

Aqui um gráfico dizendo que no ano de 82 até 88, e após 88, a dívida interna é da ordem de 60 milhões, 41 mil dólares, e a dívida externa, de 626 milhões, 353 mil dólares. Isto computado principal e encargos.

No projeto do PRÓ-RURAL, que esta Casa examinou em debates longos, evidentemente porque quando se trata de matéria financeira, a coisa é árida, difícil de discutir e até entendemos a pouca atenção que essa discussão tem no presente momento.

Então, já naquela mensagem, com os números, a partir de 82, adicionado o saldo a pagar, a partir de 01 de agosto, segundo estar, inclusive na mensagem, ou melhor, no Projeto de Lei 117/81, é da ordem de 32 milhões e 700 mil dólares. Isso tudo dá uma dívida de 694 milhões, 394 mil dólares, a dívida consolidada entre principal e juros em 31 de julho de 1981.

Não queremos aqui discutir o mérito, se esses valores entraram ou não em caixa. Quero discutir que esta Casa já deu autorização e que os contratos já foram formalizados com os banqueiros internacionais. Então, é em cima desses valores que queremos discutir, e se adicionarmos a isso 50 milhões de dólares, que foi autorizado pelo Senado Federal no fim do ano passado, que foi contraído no início deste ano, no mês de março, com o Banco do Brasil, e se adicionarmos mais os 80 milhões de dólares, já do Projeto do PRO-RURAL autorizado por esta Casa e já contraído, já formalizado no mercado internacional, teremos mais 130 milhões de dólares que adicionar a esses 690.

Então, a dívida global é de 824 milhões e 394 mil dólares, que, transformados no câmbio de hoje, dá uma dívida perto de 100 bilhões de cruzeiros, dá um pouco mais, se compararmos com a peça orçamentária de 82, dá pouco mais de 47 por cento sobre o global do orçamento.

Não queremos aqui dizer que no ano de 82 iremos gastar 47 por cento do orçamento no pagamento da dívida. Estou colocando apenas como um dado demonstrativo do quanto já o Paraná deve, com as autorizações dadas e com os contratos já formalizados.

O nosso ponto de vista é divergente de Sua Excelência o Sr. Secretário Edson Guimarães, que esteve na Sala das Comissões na última terça-feira. Divergimos ainda desses números, como trazemos a esta Casa o esclarecimento do nosso ponto de vista, porque assim entendemos e é um entendimento mediano de qualquer um que lida com números ou que tenha um pouco de prática contábil.

Divergimos também do Sr. Secretário da necessidade da contração desse empréstimo e divergimos porque é colocada em prática nesta Nação uma política econômica que leva o Governo na insistência de ajustar passivamente a nossa economia às vicissitudes do desequilíbrio do mercado interno. Tem se revelado esta prática inefetiva se avaliada a partir dos próprios objetivos que as autoridades declaram perseguir.

Portanto, esta é parte do nosso entendimento, quanto da validade de se buscar dólares no mercado internacional, se poderia aqui dentro do mercado interno, acionar-se mecanismos como inclusive Sua Excelência disse que está na sua gaveta um projeto de emissão de letras do Governo Estadual para captar poupança dentro do mercado interno e que pode ser dentro

do Estado do Paraná de toda a Nação brasileira. Isso viria suprir a necessidade de caixa para o ano de 82 e subseqüentes e não porque os juros favorecidos, se esquecendo que além dos juros nós temos a correção cambial e que certamente com esta prática sem dívida a nossa soberania pouco a pouco vai sendo entregue ao capitalismo internacional.

Concedo o aparte ao Deputado Antônio Facci.

O Sr. Antônio Facci — Estou acompanhando a discussão não apenas aqui, como na palestra oferecida pelo Secretário de Finanças, e volto a reafirmar o meu pensamento, digo, posicionamento, de cuidado com o problema de endividamento do Estado.

No entanto, o que precisa se esclarecer é que os números que Vossa Excelência traz à Casa como dívida do Estado do Paraná, não são reais. O Estado do Paraná deve 309 milhões de dólares, os contratos feitos para serem sacados à frente, é uma outra realidade. Podem não ser sacados. O Secretário fez esta colocação.

Temos os números que Vossa Excelência está repetindo — me parece que se repetido com clareza e de acordo com o que está aí nessas tabelas, Vossa Excelência vai colocar perfeitamente.

Temos as leis que autorizaram limite, em 1979, de 150 milhões de dólares. Retiramos do Grupo Morgan em 27/11/79, 30 milhões de dólares, em 1981, 30 milhões de dólares, em 1981, 30 milhões de dólares. Do Banco do Brasil, 150 milhões de dólares, em 14/02/80, retirados 24 milhões de dólares a retirar 24. 150 milhões de dólares ainda em empréstimo financeiro: do Banco do Brasil, 31/03/81, a retirar 50 milhões de dólares mais 50 milhões de dólares. Mitsubitch, também empréstimo financeiro, 150 milhões de dólares em 30/10/79, 46 contratado, 46 ainda a ser definido. A definir, sem definição de quais os bancos ou quais os recursos, 50 milhões de dólares autorizados na nova lei que está aqui nesta Casa, cujo saque só se fará em 1983, 50 milhões de dólares.

Empréstimos vinculados a projetos, nobre Deputado, em 79, autorizados 61 milhões de dólares, 22 rodovias, 61 milhões de dólares valor contratado, 6 milhões apenas retirado, 21 milhões em 82/83, 34 milhões de março de 83 em diante.

Pela Lei 7391, 80 milhões de dólares BID — PRÓ-RURAL, valor contratado, 80 milhões neste período de 81 nenhum saque e em 82 - março, 36 milhões de dólares. De março em diante, 44 milhões de dólares. Uma nova lei novamente que faz parte desses cem milhões que estamos votando neste momento, BIRD, 50 milhões de dólares contratados, saques 10 milhões em 82, 40 milhões a ser retirado em 83 em diante.

Portanto, não é uma dívida do Estado. Os totais contratados 191 milhões de dólares, em 81, 6 milhões e em 82 a março de 83, 67 milhões de dólares, 118 milhões de dólares serão ou não retirados, sacados a partir de 1983. Portanto, o plano de governo dentro do plurianual de investimentos inclusive, prevê-se à administração e está se procurando deixar esse trabalho feito para as próximas administrações que nós não sabemos ainda nem quem é.

Portanto, a dívida atual, eu quero apenas me colocar perante Vossa Excelência e esta Casa, que não é possível se admitir que o Paraná deva hoje, 600 milhões de dólares. Paraná tem hoje, autorizando-se esse contrato, a condição de endividar-se até 600 milhões de dólares dentro do quadro comparativo que Vossa Excelência viu possível de endividamento.

Não é a dívida atual, a dívida atual paga todas as despesas. Vossa Excelência também deve ter observado na palestra do Secretário, todos os empréstimos internos e externos e pagamentos efetuados, foram efetuados dentro do cronograma. Não há um cruzeiro atrasado.

Era isso.

O SR. DARCY DEITOS — Nobre Deputado Antônio Facci, a



sua argumentação vem de encontro exatamente ao que estou aqui relatando.

Gostaria de fazer a seguinte colocação para mostrar como que minha argumentação procede.

Admita que Vossa Excelência se dirija ao Banco do Brasil e vai explorar uma determinada área de terra, admita que Vossa Excelência tenha cem alqueires de terra e contraia junto ao Banco do Brasil um contrato de cinquenta milhões de cruzeiros, que vão lhe ser entregues, de 81, 82 e 83, para todos os efeitos de cálculo a partir da firmação desse contrato, na análise que o Banco vai lhe fazer, ele vai lhe fazer a análise a partir daquele contrato que ele já assinou com Vossa Excelência, da capacidade de endividamento e não pelo que o senhor poderá dever nesse ou naquele mês.

Então, é o nosso entendimento. Então é aqui que estamos colocando as autorizações já dadas, o que o Senado autorizou e os contratos que já foram formalizados. Ele já está comprometido com esse valor, isso ninguém pode discutir.

O Sr. Antônio Facci — Mais uma vez dou razão a Vossa Excelência, há para futuros empréstimos, para outros empréstimos, portanto, o Estado do Paraná será visto com esta importância já comprometida como se fosse um cadastro.

Vossa Excelência se referiu bem ao Banco do Brasil, se você faz saque, um empréstimo com 3, 4 anos de prazo para retirar, para fazer o saque, claro que você consta no seu cadastro como peso cadastral e não como dívida, porque, a partir do momento que você rompe o contrato e paga o principal já retirado mais os serviços da dívida, o seguinte não lhe será cobrado.

O SR. DARCY DEITOS — Mas nobre Deputado, todas essas verbas são de projetos integrados. Não tenho aqui à mão os gráficos que Sua Excelência ficou de entregar ao eminente Líder Erondy Silvério, para que chegasse às nossas mãos, como foi acertado naquela Comissão.

Mas eu me lembro, eminente Deputado, este projeto aqui de 100 milhões de dólares, 50 milhões é para projeto integrado, onde Vossa Excelência citou que virá dez milhões até 82 e 40 de 82 para a frente. Agora, os outros 50 milhões aqui precisa ser dito, serão sacados no ano que vem, serão contraídos no ano que vem os 50 milhões de dólares.

Então, levantou-se aqui ontem uma argumentação, talvez até pela falta do gráfico que não tenho à mão, mas pela anotação que aqui tenho, esses 50 serão sacados no ano que vem e mais 10 do programa integrado.

Então veja Vossa Excelência que continuo afirmando dentro deste entendimento, o Estado já está comprometido com esses valores. A dívida existe, eminente Deputado, os contratos já estão formalizados, e eu pergunto: o que falta sacar é de programas integrados e eu tenho minhas dúvidas se esses programas não serão exigidos o seu saque e o seu comprometimento?

O Sr. Antônio Facci — Nobre Deputado, apenas para esclarecer, concordo com Vossa Excelência que o comprometimento desde que prosseguindo o programa existe o comprometimento. O que não existe é a dívida. A dívida é só a partir do saque, em qualquer lugar do mundo como pessoa física ou jurídica.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Darcy Deitos, ontem chegou em minhas mãos e deve ter chegado em todos os gabinetes, um Boletim de Análise Conjuntural do IPARDES, último número, que em três páginas e com gráficos, um artigo muito bom, que recomendo a leitura a quem não o fez, sobre a dívida externa do Brasil e suas

implicações.

Mas no final do artigo, após alguns gráficos e dados, há um tópico que diz muito de perto o que estamos discutindo: a dívida externa não é uma preocupação apenas do Governo Federal.

Segundo informações, cerca de 11 por cento das exportações brasileiras de 1981, estão comprometidas com o pagamento do serviço da dívida externa dos Governos Estaduais.

A previsão é de que os Estados e suas empresas terão que desembolsar 2,8 bilhões de dólares em 81, e 3,3 bilhões em 82, para pagar os juros e amortizações da dívida contraída no mercado financeiro internacional.

Os gastos com os serviços da dívida corresponderiam em média para os quatro maiores Estados devedores a 43 por cento de sua arrecadação de ICM. A dívida paranaense não chega a 43 por cento, porque o Paraná não está entre os 4 maiores. Mas me parece que estamos numa corrida desesperada para chegarmos entre os quatro, senão vejamos: estamos endividando o Estado em 1982, e apresento aqui números, simples e puramente para as mordomias.

Inovou-se no Paraná. No Paraná iremos fazer mordomias com dólares, aliás, as tapeçarias da cidade, as cortineiras, principalmente os vendedores de cafezinho da cidade, de café, já estão se unindo para fazer um "pool" porque, para gastar o que está destinado aos Gabinetes dos Secretários, o ano que vem, em dólar, vai precisar muito trabalho, muito esforço, senão vejamos, Sr. Deputado, e me parece que aí está a maior razão em se discutir a necessidade do endividamento.

O Sr. Secretário veio aqui e disse: bom, o ano que vem virão apenas 10 milhões de dólares. A 118 cruzeiros o dólar, teremos aportando em 1982, um bilhão, 118 milhões de cruzeiros. Como é que está se comportando a despesa dos gabinetes, de acordo com o que está sendo aprovado nesta Casa, no Orçamento desta Casa, e portanto a Assembléia está sendo conivente.

Vejamos: no ano de 81, os Secretários têm à sua disposição, para si, em seus gabinetes e nas Diretorias Gerais das Secretarias, 707 milhões de cruzeiros. Para 1982, eles terão dois bilhões, seiscentos e quarenta milhões.

Vamos fazer uma conta muito rápida, vamos admitir que devido à inflação de 100 por cento, tivéssemos que corrigir estes 707 milhões gastos este ano, então teríamos, matematicamente, um bilhão, 540 milhões de cruzeiros, que satisfariam as necessidades dos gabinetes. Mas eles terão dois bilhões e 640. A diferença deste aumento para as mordomias — é bom que se diga e os Srs. Deputados que devem olhar no Orçamento, porque a Assembléia tem um orçamento menor do que se gastará nas Secretarias de Estado, e está sendo aprovado aqui, é bom que se diga que esta diferença a mais, já corrigido o valor deste ano, é maior do que os dez milhões de dólares em 82.

É por isto que declarei a um jornal: o Paraná inovou, vai fazer mordomia em dólar. É por isto que as tapeçarias, as mulheres que fazem cortinas, estão se movimentando, os pintores, porque não sabemos onde será gasto tanto dinheiro.

A não ser que — segundas intenções políticas — e aí os Srs. Deputados do PDS que se cuidem, dos Srs. Secretários, estejam a camuflar este vergonhoso orçamento que não só é ilegal como é imoral também. Basta examinar um sub-programa apenas, o 020, Supervisão e Coordenação Superior que está bem claro que no ano que vem financiaremos mordomias em dólares.

O SR. DARCY DEITOS — Nobre Deputado Deni Schwartz, Vossa Excelência tocou no "calcanhar de Aquiles" da questão.

Muito embora a priori se olharmos o volume do orçamento do Estado do Paraná, que é de 204 bilhões, veja Vossa Excelência que só nesta programação se gastará, seguramente, mais

de um por cento.

Veja Vossa Excelência que este Poder, como bem lembrou que tem 58 Deputados, mais de 600 funcionários, vai deter uma verba líquida para custeio de um bilhão, 500 milhões de cruzeiros, mais 152 milhões que é para conclusão do novo prédio do plenário.

Então veja Vossa Excelência, daí se compararmos com a verba que o Sr. Governador vai ter no gabinete para comunicação social, ele terá a bagatela de 671 milhões de cruzeiros, e terá mais 611 milhões para uma subvenção social.

Só estas duas verbas chegam perto do que terá todo este Poder, fora, evidentemente, o Tribunal de Contas, que é um órgão auxiliar do Poder Legislativo.

Vossa Excelência disse muito bem, que este Governo coloca em prática uma política caudatária da norte-americana, onde as empresas públicas têm um dos seus principais instrumentos, o de captação de recursos externos. E, se olharmos as empresas públicas e os Estados, veremos que elas já estão endividadas e que retirar-se o Paraná do ora empréstimo proposto do contexto global, da entrega da nossa soberania ao capitalismo internacional, é querer desconhecer a verdade.

**O Sr. Nelson Buffara** — Vossa Excelência me concede um aparte? — (Assentimento).

Deputado Darcy Deitos, Vossa Excelência tem se revelado nesta Casa, como um Deputado zeloso, atuante e que tem marcado posição na Assembléia Legislativa, através de seus veementes pronunciamentos e de sua luta em defesa do erário público e da manutenção das economias em nosso Estado.

Entretanto, claro, é dever de Vossa Excelência, como é do resto de sua Bancada, dificultar a concessão de matérias semelhantes a esta que estamos discutindo. Mas sabe Vossa Excelência, como sabe o Paraná inteiro, que este empréstimo é uma necessidade. E, sendo uma necessidade, quem sabe Vossa Excelência poderá sugerir talvez uma medida de certa forma miraculosa, numa magia, propriamente, uma outra solução, uma forma de o Estado ser atendido não tentando obter este empréstimo. Gostaria de fazer coro com Vossa Excelência, com o Deputado Deni Schwartz, com os demais Deputados de sua Bancada.

Gostaria mesmo, desde que Vossa Excelência me oferecesse sugestões reais, efetivas, que fossem postas em prática, a curto prazo, e pudesse atender o Estado. A não ser que Vossa Excelência queira que o Estado feche para balanço, se não tem condições de sobrevivência, uma vez que esse empréstimo está sendo invocado por absoluta necessidade e para continuar as obras do nosso Estado. Muito melhor continuar as obras do que parar - e entendo que Vossa Excelência compreenderá o meu ponto de vista, onde quero chegar.

Se Vossa Excelência tiver uma solução, uma sugestão, apresente, eu voto consigo, prometo que voto, contrariando a minha bancada, Deputado Darcy Deitos.

Muito obrigado.

**O SR. DARCY DEITOS** — Nobre Deputado Nelson Buffara, assim, de primeira hora, ofereceria duas sugestões: a redução das mordomias dos gabinetes dos Secretários e a emissão de Letras do Tesouro do Estado, para captar, dentro do Mercado interno.

Por que não? Por que ficarmos na dependência do mercado externo?

**O Sr. Nelson Buffara** — Isso é inexecutável, Deputado.

**O SR. DARCY DEITOS** — Se em inúmeros Estados já colocam isso em prática?

E a terceira, eminente Deputado, que entendo que a contratação deste empréstimo com a liberação de 50 milhões no ano que vem, de dólares, e mais 10 que deverá ter no programa

de integrado, ela se destina única e exclusivamente com o fim eleitoreiro.

Ou Vossa Excelência discordará comigo, por exemplo, de que no meu entendimento uma notícia que hoje está no "Diário do Paraná", dizendo o seguinte: "Saul, que é Sua Excelência o Secretário Saul Raiz, Secretário do Desenvolvimento dos Municípios, diz assim: "Saul define obras com delegações municipais".

Então ele diz entre outras coisas, o seguinte: "S — de que a Secretaria está definindo, juntamente com lideranças do PDS diversos planos de obras, cuja execução prevista já para o início de 82, em Guarapuava, Campo Mourão, Florestópolis e Sertãozinho".

Coincidentemente, estes quatro municípios, esses prefeitos são da Oposição. E diz mais, Deputado, que as obras, cuja execução já está garantida, fazem parte do esforço do Governo para dar aos municípios paranaenses, condições de levar a oferta de emprego a aumentar a qualidade de vida de suas populações.

A manutenção do homem no interior, no seu local de origem, e desestimulando o êxodo rural, que é uma das principais metas daquela Secretaria.

Mas eu me pergunto, eminente Deputado, trouxeram as lideranças, de me parece 17 municípios. Para eles aqui discutirem junto com esta Secretaria que vai deter uma verba no ano que vem, de 4 e meio bilhões de cruzeiros. Quer dizer, vão se montar poderes paralelos ao Executivo, constituído legitimamente pelo voto do povo. Veja Vossa Excelência de que quando a gente vem aqui fazer a crítica, a gente faz também com dados reais, eminente Deputado Nelson Buffara.

Fazemos crítica em cima de fatos concretos. E isto é um fato concreto. Vou lhe dizer, por exemplo, vieram da minha cidade de Campo Mourão, inúmeros Vereadores, os dois eminentes Deputados do PDS com assento nesta Casa, que representam também aquele município, como nós, e mais o vice-prefeito e mais o Presidente do PDS.

Então veja Vossa Excelência que esta verba, no meu entendimento, vem exclusivamente para dar cobertura aos gastos com aquela Secretaria, nas eleições de 82, porque no próprio bojo da justificativa, são 271 municípios que serão beneficiados, segundo o projeto, com esta verba de 100 milhões de dólares, sendo que os gastos se darão a partir de 82.

Este o nosso entendimento, eminente Deputado. E as sugestões, ofereci a Vossa Excelência duas. Em vez de ir buscar no mercado externo, em dólares, que se busque em letras do Tesouro dentro do mercado interno, que tem gente que compra, disso tenho certeza.

**O Sr. Nelson Buffara** — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Apenas para concluir, nobre Deputado, esse meu diálogo com Vossa Excelência, que tem sido muito gentil comigo, me permitindo o diálogo.

Não posso compreender, permita-me, Deputado, tanta incoerência de Vossa Excelência.

Vossa Excelência é contra 271 municípios do Paraná? Contra 90 por cento dos municípios do Paraná? Então não quer o progresso deste Estado. É preciso que os prefeitos desses municípios e seu povo, saibam que Vossa Excelência é contra a concessão de verbas da Secretaria aos Municípios; senão Vossa Excelência estará sendo incoerente.

**O SR. DARCY DEITOS** — Sou contra o carreamento de verbas exclusivamente eleitoreiras, com esta aqui lá no meu município, onde existe um poder constituído e não respeitado. Vai se montar um Executivo paralelo.

**O Sr. Fuad Nacli** — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento) Ao nobre Deputado que se encontra na

tribuna, gostaria de dizer a Vossa Excelência que, quando citou o nome de Florestópolis, em Campo Mourão, que Vossa Excelência muito bem representa nesta Casa, fomos junto com diversos Deputados, e o Deputado José Tavares.

O Sr. sabe muito bem que muitos prefeitos da Oposição não quiseram receber o cheque, que deixe bem claro nesta Casa que muitos dos Srs. Prefeitos querem fazer política com o dinheiro do povo, e o que o Governo quer é uma administração sadia, uma orientação técnica para que sejam dados as verbas para que sejam atendidas as necessidades do povo.

Não posso concordar com Vossa Excelência, porque me parece que está contra o povo que o elegeu, de Campo Mourão. Porque, deixar de receber recursos levados para aquela cidade, se o Prefeito do PP não está disposto a recebê-los, é justo que os homens que fazem política lá, carreiem as verbas para lá.

Agora, o que não podemos concordar, o senhor sabe muito bem, o PRÓ-SAFRA tantos recursos foram dados, mas quantos banquetes e quantas festas os prefeitos da Oposição fizeram com dinheiro do Governo, dizendo que era da Prefeitura?

Era o que tinha a dizer a Vossa Excelência.

**Q SR. DARCY DEITOS** — O nobre Deputado Fuad Nacli, V. Ex.<sup>a</sup> sabe o grande respeito que tenho por sua pessoa.

Não procedem as suas colocações, dizendo que nós estaríamos contra o povo. Estamos contra a ingerência nos municípios que existe um poder executivo constituído...

(conversas paralelas).

Existe uma diferença muito grande.

Não é bem assim. As obra necessárias não são consultadas à população. Tenho andado pela minha região inteira, tenho visto municípios que a gente se assusta quando chega, da bela iluminação. (conversas paralelas).

**O Sr. Erondy Silvério** — Como Vossa Excelência sabe, da mesma forma que tem o imenso respeito pelo Deputado Fuad Nacli, eu também tenho por Vossa Excelência.

Vossa Excelência tem demonstrado uma preocupação saudável em bem exercer o mandato que lhe foi dado pelo povo do Paraná.

E como é que se exercita um bom mandato?

É exatamente estudando, discutindo, debatendo propostas orçamentária e as matérias da área financeira. Porque são essas que realmente interessam à coletividade. É a boa e a má aplicação dos recursos.

É preciso que se diga, que os Anais da Casa registrem, Vossa Excelência tem demonstrado de maneira saudável esta preocupação.

E Vossa Excelência tem razão quando leu no "Diário do Paraná", realmente o Secretário de Desenvolvimento para os Municípios não pode, efetivamente, convocar os prefeitos da Oposição para discutir um plano de aplicação de obras.

É nesses municípios que o povo deu a maioria à Oposição porque quis votar contra o Governo. Agora, Vossa Excelência deve estar equivocado, que o que tem acontecido e o que aconteceu em Guarapuava e com todos os municípios, é exatamente o que Vossa Excelência vem afirmando, é que as obras têm que ter o consenso da comunidade, e o Secretário Saul Raiz convoca, quando o prefeito de oposição, a ala contrária; quem é a ala contrária? É o PDS. Para que examine, junto com o Prefeito, as obras prioritárias. Exatamente isto.

Bem. Para não tomar o seu tempo, vou adiante, eis que isso é uma discussão acadêmica. Vou adiante, para discordar quando Vossa Excelência sugere que o Estado, para fazer face aos inúmeros compromissos, para continuar mantendo seu crescimento econômico, recorra a empréstimos externos, Vossa Excelência sugere que se emita Obrigações do Tesouro do Estado e cita exemplos de outros Estados. Vossa Excelência então, agora, tem que analisar com frieza a questão, a situação.

O nobre Deputado Deni Schwartz citou um artigo do PARDES, dizendo que 4 grandes Estados atingiram o seu limite de endividamento, que é 43 por cento, e que o Paraná está numa corrida desenfreada para atingir esse limite, o que não é verdade, o que é uma afirmação, aliás, o Deputado Deni Schwartz tem "temperado a comida à vontade do dono", é um bom cozinheiro, o bom cozinheiro diz para o dono da comida: mais sal? menos sal?

Então, ele tem temperado de acordo com a sua conveniência pessoal e política. Quando diz que o Paraná está correndo desenfreadamente em busca de atingir o limite de endividamento, está muito longe disto, temos apenas 11 por cento de endividamento contra 43 do Rio Grande do Sul, que não teve mais autorização, não conseguiu obter autorização do Senado para continuar tentando empréstimos externos, viu-se obrigado a lançar Obrigações do Tesouro do Estado, que não oferece atrativo algum ao investidor e que comprometem realmente as finanças do Estado.

Vossa Excelência ouviu a conferência do Secretário das Finanças, aqui, onde ele abordou com muita propriedade esse problema de emissão das Obrigações do Tesouro do Estado.

Quanto à outra afirmação do Deputado Deni Schwartz, que os Secretários de Estado farão mordomia em dólares, não é verdade, votamos o orçamento em cruzeiro. É aí que digo que ele "tempera a comida à vontade do dono", ele quer que seja em dólares, é em dólares, mas está ali escrito, está em cima da mesa, é em cruzeiros o nosso orçamento. Se há mordomias — eu ainda posso admitir isso, posso admitir — mas, não em dólares. O que é isto? Isto é brincadeira.

Veja Vossa Excelência que então amanhã seremos acusados pelo povo de termos mordomias também, porque cada Deputado custa ao Tesouro do Estado uma importância ponderável, uma importância não desprezível, agora, é evidente que é a sistemática constitucional, que é o funcionamento dos Poderes, então, quanto custa um Deputado? É barato ainda, porque ele realmente representa de forma legítima a vontade do povo. O Secretário de Estado, é evidente, também tem obrigações.

Por último, Deputado Darcy Deitos, estranho quando um membro da sua Bancada promove um Seminário contra o desemprego, quando Vossas Excelências, como todos nós, todos os brasileiros, estão profundamente preocupados com o crescente número de desempregados; promove um seminário dessa natureza, e depois vem criticar o Governo do Estado em buscar meios que possam assegurar a continuidade do desenvolvimento econômico do Estado que tem, a cada ano, que provar um número determinado de empregos, ao jovem que ingressa no mercado de trabalho.

Como é que se assegura isso? É através de obras de infraestrutura.

Todos os governos contrairam empréstimos externos ou internos; todos os governos receberam o mandato cientes disso, e se Vossas Excelências forem governo amanhã, receberão também o Estado endividado e deixarão o Estado mais endividado, se quiserem cumprir com dever elementar de um administrador que é assegurar a continuidade do desenvolvimento do Estado.

Não se constrói usinas hidrelétricas com sonhos; não se constrói ferrovias com palavras bonitas; não se leva esgoto, água a um município, sem ser com dinheiro, e Vossa Excelência sabe que 70 por cento da arrecadação do ICM no Paraná é comprometido com o pagamento do funcionalismo público.

Pouco restaria para obras e o Governo não pode ser acusado de omissão de não ter providenciado a continuidade do crescimento econômico do Estado, para que os jovens ao ingressarem no mercado de trabalho, não encontrem as portas vazias. Essa é a obrigação de um governo. O governo só não pode fazer empréstimos para construir repuxos de água colorida

em praças públicas, relógios de flores e essas babozeiras todas. Agora, dinheiro para obras de infra-estrutura, como está vindo, amarrado a programas de desenvolvimento e infra-estrutura. Não vejo porque o Governo não o faça.

Para terminar vou fazer chegar às mãos de Vossa Excelência e Vossa Excelência sabe que não fiquei até o final da reunião e não sabia desse compromisso de remeter gráficos do andamento da dívida a Vossa Excelência.

Então logo que Vossa Excelência estranhou a ausência desses gráficos, eu me comuniquei com o Sr. Secretário de Finanças, que eu havia entregue ao Deputado Augusto Carneiro, e ao Deputado Antônio Facci e que estão aqui, em minhas mãos e eu vou fazer chegar às mãos de Vossa Excelência.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência e quero mais uma vez lhe apresentar meus cumprimentos, que apesar das distorções de pensamento, que é próprio da Oposição, porque a Oposição é para isso mesmo, é tentar denegrir a imagem de Governo para um dia ela chegar lá em cima, e depois querer tapar a boca do outro lado para não fazer oposição, claro, isto aí não podemos divagar e nem podemos ter ilusões. Se Vossas Excelências virem a ser Governo amanhã, o que duvido muito, Vossas Excelências vão agir da mesma maneira e vamos ficar aqui gritando. Mas quero cumprimentar Vossa Excelência, porque Vossa Excelência tem colocações muito válidas no exame da matéria financeira do Estado.

O SR. DARCY DEITOS — Nobre Deputado Erondy Silvério, Líder da maioria nesta Casa, inicialmente agradeço as cópias que fez chegar às minhas mãos.

O Sr. Erondy Silvério — Justiça não se agradece. Estou apenas fazendo justiça a Vossa Excelência.

O SR. DARCY DEITOS — Mas nobre Deputado, Vossa Excelência fez umas colocações e eu me permitiria rapidamente respondê-las. A nossa grande temeridade é pelo modelo econômico posto em prática na Nação brasileira, porque não resta dúvida, eminente Deputado Erondy Silvério, de que pela sua magnitude o endividamento externo é hoje um problema estrutural de natureza financeira. Aonde nós estamos ficando criticamente, dependentes do mercado externo. Então esta é a nossa preocupação quando o Paraná, no seu afã de dizer: mas o nosso perfil da dívida é muito bom etc., etc., e tal, claro que o Paraná, ele pode estar muito bem. Mas eu me preocupo com a Nação, como um todo, porque nós fazemos parte deste gigante que é o Brasil. Então, não podemos jogar mais um carrinho de pedra em cima dessa dívida que é realmente preocupante. Porque, hoje, somos prisioneiros dessa política de concepções marcadamente posta em prática pelos banqueiros internacionais, sufocando a nossa economia interna.

Agora, Vossa Excelência falou de que, é claro que ninguém vai gastar mordomia em dólares. É evidente que a colocação feita pelo eminente Deputado Deni Schwartz, ele fez a colocação apenas subjetiva, porque está se discutindo um empréstimo em dólares. Agora, quando Vossa Excelência fez referência ao Seminário de Desemprego que o Partido está promovendo aqui em Curitiba e no interior do Estado, fazemos esses levantamentos e fazemos este ciclo de debates sobre o desemprego, inclusive, porque, dentro das próprias Secretarias do Governo, dizem que o Paraná não tem desemprego, que o Paraná é um mar de tranquilidade neste soçobranste Brasil que está afundando com esta política colocada em prática — recessiva eminente Deputado.

Vossa Excelência também falou de programa. Mas que programa tem a apresentar esta Secretaria de Desenvolvimento do Sr. Saul Raiz, que se não é um programa essencialmente eleitoral para formar a sua imagem? Concedo aparte ao Deputado Deni Schwartz.

O Sr. Deni Schwartz — É em cruzeiros para não ofender o nobre Líder do Governo. A arrecadação de ICM deste ano, 90 bilhões de cruzeiros aproximadamente e a previsão para o

ano que vem 112 bilhões. Isto comparado com a dívida confessada em 31/07 de 35 bilhões de cruzeiros, corresponde exatamente a 39%. Realmente, não estamos com os 43, estamos com 39% do nosso ICM já atingindo quase aquele número crítico do IPARDES dos 43. Por isso, só para retificar números que estamos vendo até com o auxílio do Deputado Facci. Então, Deputado, acho e até respondendo o Deputado Nelson Bufara, a solução está aí, estamos dando 100% a mais para os Srs. Secretários para os seus gabinetes e sobram um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros. Exatamente a importância a ser emprestada.

Continuo afirmando, em dólares ou em cruzeiros, todo o dinheiro que vem de fora é para as mordomias das Secretarias, que poderiam ser jogadas nas obras do plano do Sr. Saul Raiz, mesmo sendo eleitoreiras ou não. Ótimo, esse dinheiro que não deveria ser empregado nas mordomias.

O SR. DARCY DEITOS — Vossa Excelência colou muito bem.

Poderiam ser criadas frentes de trabalho, efetivamente, para que se assegurasse os desempregados da área rural das pequenas cidades e não eles viessem inchar a grande Curitiba e a perambular aí aumentando o índice de criminalidade e de prostituição.

Então, eminente Deputado, este Governo tem culpa sim na condução do seu Estado. Porque os paranaenses que aqui vivem, sentem a necessidade de um melhor direcionamento da política econômica, do Governo Estadual, porque, até agora, não se viu programas de frente de trabalho que levasse lá no interior que fosse minimizar as necessidades mínimas que sejam. Porque, inclusive, dias atrás quando estivemos em Londrina junto com o Deputado Nelson Friedrich, Deputado José Tavares e Fiori Luiz, lá ficou constatado a alta rotatividade do trabalho e o alto índice de desemprego em todas as categorias. Uma ou outra é que se salva, mas na grande maioria todos estão temerários porque a política recessiva colocada em prática pelo Governo é temerária e nos conduz a que nós tenhamos essa incerteza, Sr. Presidente.

Mas ao finalizar, Sr. Presidente, queria dizer de que os números que aqui citei, são números tirados dos próprios projetos e mensagens remetidos a esta Casa, pelas Secretarias do Governo. Os números que levantamos contrastam com os que são divulgados.

Ficamos com o nosso pensamento e com o nosso entendimento e o nosso voto a essa autorização de empréstimo é contrário como já o fizemos na primeira votação, e não queremos ser coniventes com o crescimento do endividamento do Brasil. E que, a cada endividamento, a cada dólar que vai se buscar no Exterior nós entregamos um pouco mais da nossa soberania.

Agradeço, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 117/81. Encerrada a discussão, passaremos à votação.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Sr. Presidente, requeiro a Vossa Excelência chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — 41 Srs. Deputados responderam a chamada.

Há “quorum” para votação. Está em votação o Projeto de Lei n.º 117/81. — Aprovado.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Pela ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere.

(É feita a verificação de votação)

29 Srs. Deputados aprovam; 9 Srs. Deputados rejeitam. — Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 129/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 109/81), que objetivava aumentar os vencimentos dos membros da Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. — Aprovado o Projeto em 2.ª Discussão. Por apreciar as Emendas de n.ºs 01 e 02, de Plenário, neste turno. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Em votação.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Corre o risco, desta Casa, de repetir o “affair” Tribunal de Contas neste momento. Duas emendas a este projeto, que visam alterar os vencimentos do Magistério Público, devem ser analisadas com mais vagar. Uma delas, a de número 02, parece não ter nada de anormal, uma vez que apenas a data, — deve ser erro do Executivo, a data, a mensagem, igualando aos demais servidores do Estado, fixando o mês de agosto de 1982 como o mês para antecipação parcial do aumento anual de vencimentos previstos a vigorar a partir de 83.

Mas Srs. Deputados, espero que desta vez não haja conivência da Assembléia para mais um escândalo nas mesmas proporções daquele já, por cochilo inclusive de minha bancada, e não devemos dizer que não fomos coniventes inclusive, mas que desta vez, Srs. Deputados, por pressão de fora esta Assembléia não decida contra os interesses do povo paranaense.

Srs. Deputados, alguns ilustres Deputados desta Casa apresentaram uma emenda a este projeto dizendo o seguinte: — fica o Poder Executivo autorizado a, mediante decreto, elevar em até 10% sobre os vencimentos básicos, as verbas de representação instituídas pelas Leis 7442 e 7443, ambas de 29 de dezembro de 1980.

É importante também que os Srs. Deputados observem a data desta lei: 29 de dezembro de 1980.

Srs. Deputados, que dizem as citadas leis? A Lei n.º 7442, em seu artigo 1.º tem o seguinte: “Fica instituído para os ocupantes do cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, uma verba de representação de 15% sobre o vencimento básico do cargo.

Parágrafo único — A verba de representação, instituída por este artigo, integrará os respectivos vencimentos dos desembargadores, para todos os efeitos legais, aplicando-se às demais classes da magistratura, na forma do que dispõe o artigo 76, parágrafo 3.º e parágrafo 4.º da Lei n.º 7297, de 08 de janeiro de 1980.”

Até aí, Srs. Deputados, inclusive a Bancada do PMDB se manifestou favoravelmente. Acontece que naquela oportunidade, à semelhança do que ocorreu com a célebre emenda do Tribunal de Contas, houve uma emenda inconstitucional e que se transformou no artigo 2.º desta lei e que foi aprovada pela

maioria da Casa. (Iê) “Fica o Poder Executivo autorizado a elevar por decreto o percentual relativo a verba de representação a que se refere o artigo 1.º desta lei, para até 25% dos vencimentos”.

A Lei n.º 7743 é semelhante a essa, apenas nos 15% destinados ao Procurador Geral da Justiça, bem como aos Conselheiros, Procurador Geral, auditores e procuradores do Tribunal do Estado, 15%.

A Revolução de 1964, no seu afã de desmoralizar as Casas Legislativas há algum tempo atrás, pela desmoralização das verbas de representação, congelou as verbas de representação das Assembléias e do Congresso Nacional. Que eram devidas, em especial, à Presidência das Casas. E muitos dos Srs. Deputados que já passaram por aquela cadeira, hoje ocupada pelo eminente Deputado João Mansur, sabem que até hoje na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a verba de representação está congelada em sessenta cruzeiros. Repito, sessenta cruzeiros, porque assim entenderam os militares que em 1964 assumiram o Poder.

Que a verba de representação nas mãos dos Srs. Parlamentares e mais especificamente nas mãos do Sr. Presidente de uma Assembléia, era alvo de corrupção. Estou falando na frente de inúmeros ex-Presidentes e do Presidente atual, que pode comprovar que a verba está congelada em sessenta cruzeiros. E agora, Srs. Deputados, não sei porque razão, esta Casa, num projeto vindo do Executivo, procura inserir — e aí o perigo, não mais apenas os 25% que já foram dados aos Srs. Desembargadores e membros da magistratura estadual. Estamos a propor mais 10%; ou seja, 35%. E não importa aqui, é menos importante discutir aqui, se o Juiz ganha muito, se o desembargador ganha muito ou ganha pouco. Interessa discutir aqui, Srs. Deputados, e até em defesa do Executivo. Não tenho procuração para defender o Executivo. Mas se assim entendesse o Executivo, que o Executivo tivesse se manifestado através de uma mensagem, para não exigir do Legislativo a apresentação de uma emenda totalmente inconstitucional. Porque esta emenda é inconstitucional à medida que altera as despesas do erário público.

Portanto, Srs. Deputados, se não estamos aqui para incorrerem num novo erro e para sermos taxados amanhã novamente pelas revistas de âmbito nacional, como fomos e sofremos inclusive o vexame, de estar o Paraná hoje mancheteado, a sua Assembléia e o seu Executivo, com uma representação, por uma emenda apresentada rapidamente nesta Casa e que aqui passou com um cochilo da minha bancada e isto nós assumimos a responsabilidade. Somo tão responsáveis como autor da emenda. Para isso, Srs. Deputados, para que não tenhamos amanhã novas manchetes em relação ao nosso Estado, é que eu apelo ao bom senso dos Srs. Deputados, no sentido de que rejeitemos a Emenda n.º 1, mesmo que isto venha de encontro com os interesses da magistratura. E vamos dialogar com a magistratura mas, vamos sim.

Mas, incluindo, talvez, dando maiores vencimentos para os magistrados, desde que o Executivo mande para esta Casa uma Mensagem que não seja inconstitucional, desde que o Executivo reconheça que pode pagar, porque, se assim procedermos Srs. Deputados, qualquer um de nós e aí não acusem a Oposição de demagogia. Poderá sair e propor aos professores 500% de aumento e não poderemos dizer que não cabe a nós a iniciativa.

Vamos sair aí, dizer ao funcionário público que iremos aumentar seus vencimentos em 200% e não nos impinjam depois de que estamos sendo contra a Constituição, porque, aqui estamos tentando aprovar uma emenda inconstitucional.

Apelo ao ilustre Líder da Situação, da maioria para que deixemos este problema de aumento de vencimentos dos magistrados, para que venha da fonte de vida do Executivo, para não tomarmos esta Assembléia amanhã, ou depois num antro de debates fúteis, quando aqui qualquer Deputado estará a apre-



sentar emendas que oneram o orçamento. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação a Emenda n.º 01.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Para encaminhar) Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Não é de hoje que defender princípios é algo incômodo, mas, nós não podemos deixar de registrar uma clareza que temos mais uma vez a respeito desta emenda. E faço até sublinhando alguns pontos muito bem apresentados pelo Deputado Deni Schwartz.

Começo dizendo, se realmente fosse algo para corrigir um desequilíbrio entre valores percebidos pela magistratura, se com clareza nós estivéssemos diante de um quadro de injustiça, se realmente este trabalho que agora vem através desta emenda, tivesse sido realizado com a Secretaria de Finanças, com a Secretaria de Recursos Humanos, portanto, com o Poder Executivo acima de tudo.

Por que o Governo do Estado, o Governador Ney Braga, não teria encaminhado na sua Mensagem a proposta que agora vem por uma emenda inconstitucional?

Por quê, Sr. Presidente e Srs. Deputados? Mais uma vez aquilo que já foi polêmico no final do ano passado, se volta através disto. Se não nos interessa aqui o mérito, se o desembargador já tem seus privilégios, já tem um salário elevado, ou até por outro lado, que a magistratura no seu todo merece ganhar muito mais do que está ganhando e sabemos inclusive, que o juiz de direito lá no interior está desesperado com o que ganha, mas, não cabe aqui agora, nós fazermos este julgamento emérito. O que nos interessa é levantar a impropriedade desta emenda.

Por quê, o Executivo não fez o que agora se pretende fazer de maneira legal, que é inconstitucional?

Mas, acima desse argumento Sr. Presidente, Srs. Deputados, se nós não aprofundarmos bem a análise, e isso o Deputado Deni Schwartz fez com clareza, vamos efetivamente, passar de 15 para 25 como já ocorreu e agora para 35% e aí entra uma questão política que acho importante.

A partir destas aberturas que estão se fazendo, não estaria a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, incitando para que inclusive o funcionalismo público, ao tomar conhecimento deste tipo de emenda, venha fazer pressões de todo tipo, até a paralisação que é proibida por lei, mas, que na prática pode ocorrer, para tentar, sob pressão, conquistar aquilo que uma simples emenda faz?

Alguém, por acaso, dos 58 Deputados que estão aqui presentes, foi convidado, teve conhecimento de que houve alguma reunião, algum contato do Poder Judiciário, para explicitar esse seu desejo, para que justifique perante o Estado do Paraná, a sua pretensão? Ou de repente, quando está se discutindo pela segunda vez em segunda discussão um Projeto do Executivo, mais uma vez surge uma emenda com o propósito de dar, de elevar até 10% sobre os vencimentos básicos dos respectivos cargos, as verbas de representação etc., etc. Digo mais: algum dos 58 Srs. Deputados sabe exatamente quanto percebem aqueles que vão ser beneficiados por esta majoração? E por que será possível que nós estejamos colocando efetivamente lenha na fogueira de tensão social deste País quando se procura mais uma vez privilegiar um setor já privilegiado? Não discuto se eles têm merecimento, podem e acho que ainda deveriam ganhar mais, mas, no mesmo instante em que surgem greves de professores, movimentos de todos os tipos junto ao próprio Executivo, para melhorar as suas condições de ganho, é uma dificuldade, surge toda uma mobilização, os professores, para obterem algum aumento, tiveram de fazer uma paralisação de dias e dias, acamparam, foram reprimidos, usou-se da violência, se fez de tudo e,

por fim, num ato de misericórdia, a intervenção da Igreja; agora, de repente, um outro setor consegue uma emenda, tão fácil, que surge na segunda discussão do Projeto do Executivo, e vamos aceitar assim, sem mais nem menos? Nós poderíamos dizer tantas coisas neste instante, Sr. Presidente e Srs. Deputados, mas, entendemos que, talvez, de nada vai valer. Apelar para a Liderança do PDS nesta Casa para que haja um repensar em cima desta proposta, apelar aos 32 Deputados do PDS desta Casa para que não façamos uma prática que, sabemos, inconstitucional e acima de tudo agressiva a todos aqueles funcionários do Estado e a todos os trabalhadores deste Estado que não têm essa facilidade de tramitar emendas que já vem pré-elaboradas de alguns setores interessados? Não vamos dar essa possibilidade!

Penso, finalmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que caberia, neste instante, o bom senso, passar por esta Assembléia e, acima de tudo, que, não façamos de emendas que possam aparecer aqui e acolá, um veículo de interesses de setores que estão já, às vezes, privilegiados. É o último apelo que fazemos, principalmente a nossa intervenção foi nesse sentido, de repisar a atenção que entendemos ser necessária em torno da matéria. Não avalisaremos este tipo de ação, não endossaremos esta emenda como ela veio, e, principalmente, com os objetivos que tem. Nada existe contra o Desembargador, nada existe contra qualquer membro da Magistratura, mas, acima de tudo, se é possível aumentar os salários, as verbas, os ganhos a qualquer título, para um setor da atividade deste Estado, ninguém mais terá direito de, nesta Casa, pretender que outros setores utilizem de todos os instrumentos possíveis para também obterem resultados ao menos idênticos embora às vezes sem o nível de pressão, sem força de pressão que têm os que fizeram este trabalho.

Concluo esperando que ao menos se pudesse sair hoje desta Casa neste caso, com uma vitória do Parlamento, porque nenhum membro do Parlamento do Estado do Paraná foi na verdade, visitado ou teve poder de convencimento exercido pela Magistratura para entender isso como uma coisa necessária, imprescindível e atual. Tomara que esse bom senso exista.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a Mesa requerimento de autoria do Deputado Erondy Silvério, que requer com base no Regimento Interno, a prorrogação por mais duas horas de duração da presente sessão.

Em votação.

— Aprovado.

Em votação a Emenda n.º 01.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram se conservar como estão. — Aprovada.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a verificação de votação da Emenda n.º 01.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

Os Senhores Deputados que rejeitam a emenda, queiram levantar-se.

26 Srs. Deputados aprovam; 10 rejeitam. — Aprovada.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Apenas uma observação para que os Anais da Casa registrem um fato que precisa ser registrado na tarde de hoje. A Oposição constantemente tem verberado procedimento da Bancada do Governo, inclusive em entrevistas radiofônicas, de que a Bancada governista é a Bancada do "aném", é a Bancada que recebe ordens diretas do Palácio Iguazu. Se a Bancada tivesse uma atitude de



independência, muita coisa poderia ser mudada ou modificada; entretanto hoje ficou consignado, quero que fique consignado nos Anais da Casa a irresponsabilidade da Oposição. Vêm Vossas Excelências que três Deputados do PDS votaram contrariamente à emenda. Quer dizer que a votação estava liberada pela Liderança. Ora, sabemos que a Casa tem 26 Srs. Deputados da Oposição. Somados a esses três votos estaria rejeitada a emenda. Então fica configurada hoje a irresponsabilidade de alguns Deputados da Oposição. Faça-se justiça àqueles que são assíduos, que cumprem com o seu dever, mas alguns Deputados que têm gritado, que têm até xingado o Governo do Estado, de cadáver em sepulcro, etc., etc., não estão aqui para cumprir o seu dever. Estaria rejeitada a emenda.

**O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Senhor Presidente.**

Com a mesma benevolência que o Senhor deu a questão de ordem para um assunto que não tinha fundamentação regimental, gostaria de dizer tão somente que esta Casa de Leis tem uma característica diferenciada de muitas do Estado, do Brasil. Entre essas características, a de que qualquer comissão permanente com o funcionamento desta Casa dispensa a presença de qualquer Deputado da Oposição.

Agora há uma diferença muito grande entre uma Bancada independente como vemos em muitos Parlamentos do mundo e uma Bancada que começa a ter alguns dissidentes como a do Congresso Nacional que consegue derrubar a sub-legenda e forçar a queda do pacote previdenciário. Agora, daí querer se aproveitar de uma momentânea ausência de alguns Deputados da Oposição, que sabem da dependência que existe nesta Casa porque de pouco vale estudar e levantar como se levantaram aqui argumentos em torno do orçamento e de uma dívida externa, quando a esmagadora maioria dos Deputados está é nos seus gabinetes atendendo ao seu clientelismo e aí Senhor Presidente, eu concluo. A prova está que a todo instante são necessárias chamadas nominais para trazer de volta uma maioria que é maioria no processo de votar, mas que não é maioria no convencimento e nem escuta o poder de convencimento que se procura dizer. É a negação do Parlamento, é a negação efetiva de quem deveria ter um comportamento sim, até de respeito por quem procurar exercer o poder de convencimento.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

**O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente,** o nobre Líder do PMDB está mordido, picado, claro, porque levou chumbo. Então, ele está discutindo matéria vencida.

É esta a questão de ordem que eu quero que a Mesa leve em consideração.

**O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente.** Não conclui a minha questão de ordem e vou ser breve.

Efetivamente a Liderança do PMDB não se encontra mordida, até porque não é de seu hábito isso. Agora, também esta Liderança jamais assinaria uma emenda como esta que acabamos de discutir.

Muito obrigado Sr. Presidente. Devem outras coisas estar mordendo alguém nesta Casa.

**O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente,** uma questão de ordem.

Sr. Presidente, não preciso na qualidade de Deputado eleito por uma parcela do povo paranaense de lições de quem quer que seja sobre o não comportamento aqui dentro.

Dispensar as lições do nobre Líder esquerdista desta Casa. Dispensar lições de comportamento. O Deputado é livre para apresentar a proposição que ele ache estar certa e a Casa é livre para deliberar sobre a mesma proposição.

Rejeito, devolvo e repudio ainda as lições de ética que

quer me dar o moço aí.

Era isso.

**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — (Questão de ordem)**

Sr. Presidente, gostaria que ficasse registrado o nosso posicionamento com respeito à votação desta emenda. E, gostaria também, que ficasse consignado nos Anais da Casa que assim que esse projeto for aprovado com essa emenda, nós iremos bater à porta do Supremo Tribunal em Brasília com uma representação pela inconstitucionalidade da matéria. Que fique registrado e consignado nos Anais da Casa que este Deputado não vai abrir mão dessa representação junto ao Tribunal em Brasília.

Era essa a questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Em votação a emenda.**

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão. — **Aprovada.**

**2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 81/81,** oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 82/81, (Mens. Govern. n.º 88/81), que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com o Município de Umuarama, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de infraestrutura na área industrial do citado município. — **Aprovado, artigo por artigo.**

**2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 82/81,** oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 83/81, (Mens. Govern. n.º 89/81), que aprova o Termo de Ajuste ao Convênio SISNIC n.º 1/79, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Indústria e do Comércio, objetivando estabelecer bases de cooperação para implantação do Projeto "Programa de Apoio ao Desenvolvimento das Microempresas Comerciais do Paraná". — **Aprovado, artigo por artigo.**

**2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 83/81,** oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 84/81, (Mens. Govern. n.º 93/81), que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Cultura e do Esporte, e o Município de Assis Chateaubriand, objetivando a construção de Módulo Esportivo no referido município. — **Aprovado, artigo por artigo.**

**2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 84/81,** oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 85/81, (Mens. Govern. n.º 94/81), que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Indústria e do Comércio e os Municípios de Apucarana e Tapejara, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de infraestrutura na área industrial. — **Aprovado.**

**O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem)** Solicito verificação de votação.

**O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.**

8 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 23, à hora regimental,

com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

**EM VOTAÇÃO**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 84/81.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 73, 74, 75 e 89/81.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 12, 17 e 117/81, 129/81 e de Resolução n.ºs 81, 82 e 83/81.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 32/80 e 79/81, e de Resolução n.ºs 85, 86, 87, 88, 90 e 92/81 e das Proposições n.ºs 79, 97, 98 e 99/81.

Levanta-se a sessão.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA**

**ATA DA 9ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

**REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 1981**

**QUINTA-FEIRA**

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Werner Wanderer e Antônio Cotrim.

Às 16:30 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson

Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (56); em licença, os Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Gabriel Sampaio (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão extraordinária anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

2 Srs. Deputados aprovam; 1 Sr. Deputado rejeita.  
Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Levanta-se a sessão.